



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Reunião Ordinária/Audiência Pública	Nº: 0498/10	DATA: 05/05/2010
INÍCIO: 09h32min	TÉRMINO: 14h02min	DURAÇÃO: 04h30min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h30min	PÁGINAS: 102	QUARTOS: 52

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GERALDO DI BIASI FILHO - Diretor do Hospital de Ipanema, Estado do Rio de Janeiro.
JOÃO MARCELO RAMALHO ALVES - Diretor do Hospital do Andaraí.
ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - Diretor-Administrativo do Hospital da Lagoa.
PAULO ROBERTO FERNANDES - Diretor do Hospital de Jacarepaguá.
OSCAR JORGE BERRO - Coordenador do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde.
MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA - Secretária-Executiva do Ministério da Saúde.
SANDRA SILVA AZEVEDO - Representante do Hospital de Bonsucesso;
GERALDO DA ROCHA MOTTA FILHO - Diretor do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos. Esclarecimentos acerca do desvio de dinheiro público em hospitais federais no Estado do Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há intervenções fora do microfone, inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas das 11^a, 12^a e 14^a reuniões, realizadas respectivamente nos dias 15 e 28 de abril e 4 de maio de 2010. Sendo assim, indago ao Plenário se há necessidade de leitura dessas atas.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Vanderlei Macris.

Em discussão as atas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovadas.

Expediente.

Informo aos Srs. Deputados que foi distribuída lista de expedientes recebidos por esta Comissão no período de 28 de abril a 4 de maio de 2010, dispensando-se, desta forma, a leitura do expediente.

Comunicações.

Comunico aos Srs. Deputados que esta reunião será dividida em 2 partes. A primeira parte, que vamos iniciar agora, com deliberação de proposições e a segunda parte com realização de audiência pública destinada a obter esclarecimentos acerca do desvio de dinheiro público em hospitais federais no Estado do Rio de Janeiro.

Informo ainda que está prevista a realização das seguintes reuniões de audiências públicas:

No dia 6 de maio, quinta-feira, às 9h, com o tema “Atraso nas obras da Copa do Mundo de 2014”. Os convidados são: Murilo Marques Barbosa, Presidente da INFRAERO, e Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública.

No dia 11 de maio, terça-feira, às 14h30, com o tema “Fraude e estelionato praticados pela Cooperativa Habitacional dos Bancários (BANCOOP)”. Os convidados são Cléber Borges de Aguiar, Diretor da Associação de Adquirentes de

[MSOffice1] Comentário:
Supervisor.:Miranda

[P2] Comentário: Sessão:0498/10 Quart
Taq.:Sherlei Rev.:



Apartamentos no Residencial Vila Clementino; Érico Rocha de Oliveira, Dalva Regina e Luiz Gustavo, Conselheiros Representantes da Associação de Adquirentes do Edifício Cachoeira; Marcelo Fecho Santos, Maurício Martiniano e Márcio Polato, da Associação San Felipe; e Valter Picazio Júnior, advogado que representa 18 entidades de cooperados.

Comunico também que a Subcomissão Permanente da Copa de 2014, no próximo dia 14 de maio, sexta-feira, realizará visita técnica à cidade de São Paulo, com objetivo de avaliar o andamento dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014.

Passamos a Ordem do Dia.

A - Requerimentos:

Item 1. Requerimento nº 322/10 — dos Srs. Paulo Bornhausen e Onyx Lorenzoni — que *"requer a realização de Audiência Pública para discutir as possíveis conexões entre as denúncias divulgadas contra o BANCOOP — Cooperativa Nacional dos Bancários e o 'MENSALÃO do PT'"*.

Esse requerimento já foi discutido por um dos autores, aqui presente, Deputado Onyx Lorenzoni.

Pergunto aos Deputados presentes se gostariam de continuar a discussão.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Vamos entrar em votação, Sr. Presidente. Foi o compromisso que fizemos na reunião passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - É verdade.

Em votação o Requerimento nº 322/10 — item 1 da pauta — de autoria dos Srs. Paulo Bornhausen e Onyx Lorenzoni.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos dos Deputados Fernando Gonçalves, Nelson Bornier e Deley.

Item 2. Requerimento nº 332/10 — do Sr. Vanderlei Macris — que *"requer sejam convidados, em aditamento ao Requerimento nº 313/10, aprovado em 7 de abril último, o Sr. Marcos Migliaccio, Conselheiro do Edifício Cachoeira; a Sra. Dinalva Lombardi, Conselheira do Edifício Amália Franco; e o Sr. Antonio Molina, Conselheiro do Edifício Amália Franco, para prestarem os esclarecimentos necessários a esta Comissão, em audiência pública, sobre lesões patrimoniais e*



morais por eles sofridas decorrentes de possível fraude e estelionato praticados pela Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop)".

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, apenas um aditamento, mais 3 pessoas que estou solicitando que participem da audiência pública no próximo dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 333/10 — do Sr. Moreira Mendes — que *"requer a realização de audiência pública para debater sobre eventuais denúncias de desvio de recursos de Fundos de Pensão e do BANCOOP".*

[P3] Comentário: Sessão:0498/10 Quarteto
Taq.:Sherlei Rev.:

Estando ausente o autor do requerimento, vou retirá-lo de ofício.

Requerimento nº 334/10 — dos Srs. Silvio Torres e Rebecca Garcia — que *"solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre os pedidos de financiamentos solicitados à Caixa Econômica Federal para mobilidade urbana com vistas à Copa do Mundo de 2014, conforme específica".*

Também ausentes os Srs. Silvio Torres e Rebecca Garcia. Vamos retirar de ofício.

O mesmo para o Requerimento nº 335/10, que é o item 5. Retirado de ofício.

O mesmo para o Requerimento nº 336/10, que é o item 6. Retirado de ofício.

Item 7. Requerimento nº 337/10. Ausentes os Srs. Silvio Torres e Rebecca Garcia. Também vamos retirar de ofício.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, pela ordem. Não posso subscrever os requerimentos do Deputado Silvio Torres?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pode. Não há problema.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, considero-me subscritor e, por favor, se puder, peço que retome a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Quais requerimentos?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Os de nºs 4, 5, 6 e 7.



O SR. DEPUTADO BERNARDO ARISTON - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não. Com a palavra o Deputado Bernardo Ariston.

O SR. DEPUTADO BERNARDO ARISTON - Sr. Presidente, tendo em vista que o objeto desses requerimentos é semelhante, não poderíamos votá-los em bloco e realizar essa audiência, caso sejam aprovados, em conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Na realidade, o Requerimento nº 4 solicita informações e os de nºs 5 a 7 são de audiência pública.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever o Requerimento do item 3, junto com o Deputado Moreira Mendes, para economia processual, e colocá-lo em votação. É assunto que já foi aprovado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - O Deputado Carlos Willian solicita a subscrição do Requerimento nº 333, do Deputado Moreira Mendes.

Pois não, Deputado.

Item 3. Requerimento nº 333/10, dos Srs. Moreira Mendes e Carlos Willian.

Com a palavra o Sr. Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Já foram distribuídos devidamente os anexos do requerimento. Acho que não há necessidade de lê-lo, nem de debatê-lo. Apenas solicito a aprovação dos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão o item 3, Requerimento nº 333/10. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4. Requerimento nº 334/10 — dos Srs. Silvio Torres e Rebecca Garcia, agora subscrito pelo Sr. Vanderlei Macris — que *"solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre os pedidos de financiamentos solicitados à Caixa Econômica Federal para mobilidade urbana com vistas à Copa do Mundo de 2014, conforme específica"*.

Com a palavra o autor, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, tanto o item 4, como os itens 5, 6 e 7 tratam da questão da Copa do Mundo. Tivemos esta semana o reconhecimento pelo próprio Ministro das dificuldades que tem o Governo de



planejar o desenvolvimento das obras para a Copa. Então, eu gostaria de, justificando e subscrevendo, solicitar a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão o item 4, Requerimento nº 334/10. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5. Requerimento nº 335/10 — dos Srs. Silvio Torres e Rebecca Garcia, subscrito pelo Sr. Vanderlei Macris — que *"requer a realização de audiência pública com o Ministro da Secretaria Especial de Portos para discutir as demandas para a Copa do Mundo de 2014"*.

Com a palavra o subscritor do requerimento Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Na mesma direção, Sr. Presidente. Em função da Copa, acho importante que seja realizada essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6. Requerimento nº 336/10 — dos Srs. Silvio Torres e Rebecca Garcia — que *"requer a realização de audiência pública com o Secretário da Receita Federal do Brasil para discutir o projeto de lei que trata das isenções fiscais exigidas pela FIFA para a realização da Copa do Mundo de 2014"*.

Com a palavra o subscritor do requerimento Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Na mesma direção, solicito a aprovação, Sr. Presidente. É um conjunto de requerimentos da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão o item 6, Requerimento nº 336/10. (Pausa.)

[P4] Comentário: Sessão:0498/10 Quarteto
Taq.:Madalena Rev.:

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.



Item 7. Requerimento nº 337/10 — dos Srs. Silvio Torres e Rebecca Garcia — que "solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre os pedidos de financiamentos solicitados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES para a construção e reforma de estádios para a Copa do Mundo de 2014, conforme específica".

Com a palavra o subscritor do requerimento Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, nenhum estádio está em condições de iniciar as obras para se preparar para a Copa de 2014, e essas informações são importantes para tomarmos decisões nesta Comissão.

Peço a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão o item 7 da pauta. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sr. Presidente, essa informação de que nenhum estádio está pronto para a Copa é baseada apenas na imprensa? No que o Deputado...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Permita-me, Sr. Presidente. Declaração do Ministro do Esporte, que já alertou anteriormente que nenhuma obra de estádio se iniciou, há atrasos fundamentais nos projetos, no planejamento para que possamos nos preparar efetivamente para a Copa do Mundo.

Esse requerimento é de informações ao Ministério do Desenvolvimento sobre os pedidos de financiamentos solicitados ao BNDES para construção e reforma dos estádios. Queremos saber o que está acontecendo, se realmente há esse atraso ou não. Esse é o pedido de informações do Deputado Silvio Torres que estou subscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tudo bem. Estou acompanhando. Quanto ao próximo requerimento, quero fazer uma observação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão o item 7, Requerimento nº 337/10. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 8. Requerimento nº 338/10 — do Sr. Leandro Sampaio — que "requer sejam convocados o Sr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde, e a Sra. Márcia Bassit Lameiro da Costa, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde, para prestarem esclarecimentos acerca do desvio de dinheiro público em hospitais federais sediados no Estado do Rio de Janeiro, tais quais o Hospital de Ipanema, o Hospital do Andaraí, o Hospital da Lagoa, o Hospital de Jacarepaguá, o Hospital dos Servidores do Estado, o Hospital Geral de Bonsucesso, o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia — INTO, o Instituto Nacional de Cardiologia — INC e o Instituto Nacional do Câncer — INCA".

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Leandro Sampaio.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Sr. Presidente, estamos aqui com uma série de denúncias de jornais de prestígio nacional, como *O Globo* e *O Dia*. O problema surgiu com a denúncia relativa à empresa Extension e ao Hospital Salgado Filho, no Rio de Janeiro. Com as investigações, estendeu-se também a hospitais federais.

Fizemos requerimento para que tivéssemos audiência pública com dirigentes de hospitais federais. Temos informações de que a Dra. Márcia Bassit trabalhou, na semana passada, no sentido de que essa audiência não contasse com a presença de todos os dirigentes.

O assunto é da maior gravidade. Milhões e milhões de recursos públicos estão sendo desviados por quadrilhas de médicos, empresários e fornecedores desses hospitais. O assunto é muito sério. Envolve vários hospitais de prestígio nacional do Rio de Janeiro, que sempre foram o socorro para a população de todo o Estado, não só da cidade do Rio de Janeiro.

Essa situação não pode ficar sem um esclarecimento. Outro dia, já fizemos aqui denúncia sobre o descarte de medicamentos por parte da Secretaria Estadual da Saúde.

Pedimos aos nossos pares a aprovação da nossa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão. (Pausa.)



Com a palavra o Deputado Bernardo Ariston.

O SR. DEPUTADO BERNARDO ARISTON - Sr. Presidente, temos acompanhado essas denúncias que saem corriqueiramente nos jornais, e, evidentemente, onde há fumaça pode ser que haja fogo. Então, nada melhor do que uma audiência pública para começarmos a apurar essa situação escandalosa.

O Rio de Janeiro é o Estado da Nação que tem mais unidades de hospitais federais e não pode ficar com essa pecha de Estado cujas administrações hospitalares estão praticando atos equivocados, vamos dizer assim neste primeiro momento.

Precisamos apurar essas questões. Quero manifestar meu voto favorável a que começemos a levantar os fatos para darmos uma resposta à população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Continua em discussão.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Eu gostaria de fazer um aparte ao Deputado Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - O item a seguir é um requerimento de informação. Se estamos requisitando informação, por que não esperar por ela, para podermos fazer uma bela audiência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Ademir Camilo, teremos audiência pública após esta reunião. Chegou ao conhecimento da Comissão a informação de que a Secretaria-Executiva do Ministério, com quem ontem foram feitos 3 contatos, não viria.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Concordo, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Estamos de acordo em convidar, eu sou o primeiro a fazer o apelo aos companheiros: em vez de convocar, vamos convidar as pessoas. Agora, se não vierem por bem, têm que vir por mal.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - O meu voto já é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, vamos votar, porque o dia hoje está corrido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Vamos lá.

[P5] Comentário: Sessão:0498/10 Quarteto
Taq.:Madalena Rev.:



O item 8, Requerimento nº 338/2010, já foi discutido pelo autor, Deputado Leandro Sampaio, e também pelo Deputado Bernardo Ariston.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Convocação, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Convocação.

Vindo hoje a Secretaria-Executiva, acho que o requerimento fica prejudicado, mas já vamos chegar à audiência sabendo que houve a votação do requerimento.

Item 9. Requerimento nº 339/10.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Acho que uma coisa não anula a outra, porque, vindo hoje a Secretaria, não virá o Ministro, responsável por todo esse processo. A Secretaria pode vir hoje prestar os devidos esclarecimentos, porque os problemas no Ministério da Saúde não são só esses. Existem problemas de saúde em Minas Gerais com relação a dengue, febre amarela, aftosa. E há recursos meus de emendas da Saúde do ano passado que nem sequer foram liberados. Enquanto isso, estamos acompanhando pela imprensa atos de corrupção em todos os lugares.

Acho que o Ministro da Saúde deveria preocupar-se mais com essa situação administrativa, com a corrupção no Ministério na distribuição de recursos, no pagamento das emendas parlamentares, do que em receber sexo para as pessoas. Para fazer sexo, primeiro a pessoa tem que ter saúde. Se ele está podendo, nem toda a população brasileira pode.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Para discutir o item 9, Requerimento nº 339/10, tem a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, estou com PFC do Deputado Otávio Leite para fazer investigações sobre todas as compras feitas nesses hospitais. Eu queria incorporar a ela esses requerimentos. Que todos os



resultados, tanto da audiência como em termos de documentação, possam ser acoplados à PFC, a fim de que eu possa preparar melhor o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão o item 9, Requerimento nº 339/10, do Sr. Leandro Sampaio.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Dr. Paulo César.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Sr. Presidente, Deputado Nelson Bornier, acabamos de aprovar o item 8. Acho equivocado convocar o Ministro da Saúde, já que a Secretaria-Executiva é quem detém os dados, é quem tem as condições de esclarecer aos nobres pares toda a situação. Como o nobre Deputado Carlos Willian disse, o Ministro tem situações mais graves na Saúde para trabalhar. A Secretaria-Executiva do Ministério é suficiente para dar esclarecimentos aqui e ser questionada pelos nobres pares.

O requerimento do item 8 convoca, o do item 9 solicita informações. Como o item 8 já passou, vamos para o 9. Temos voto contrário ao requerimento.

[p6] Comentário: Sessão:0498/10 Quarto Taq.:Patrícia Maciel Rev.:

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Sr. Presidente, só para esclarecer ao nobre Deputado Paulo César que o Deputado Carlos Willian disse que a presença do Ministro seria importante, sim, para esclarecer outras situações. Ele não disse que a presença do Ministro... Só para esclarecer um pouco melhor. Ele vem aqui para falar sobre o escândalo que envolve os hospitais federais do Rio de Janeiro, e o Deputado Carlos Willian está dizendo que ele também poderia discutir outras questões, em outras áreas, como no Estado de Minas Gerais.

O item 9 fala sobre processo licitatório. Se existe uma PFC do Deputado Otávio Leite, eu vou entrar em contato com ele, porque é possível que os relatórios das compras feitas pelos hospitais nos últimos 5 anos já lhe tenham sido entregues. Vou agora acompanhar o trabalho da PFC do Deputado Otávio Leite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Continua em discussão o item 9.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Dr. Paulo César.



O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Sr. Presidente, nós teremos uma audiência pública hoje com 14 convidados. Contaremos com a presença da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, Márcia Bassit Lameiro da Costa.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Não confirmada.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - E estão pedindo também ao Ministro informações sobre a realização de processo licitatório. É algo que será esclarecido aqui hoje pela Secretaria-Executiva e pelos palestrantes que estarão presentes.

Com todo o respeito a todas as solicitações, aos requerimentos, temos de entender que o Ministério da Saúde não pode abrir mão de diversos compromissos para ficar à mercê da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Continuando a discussão, com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, teremos uma audiência pública ainda hoje, nesta Comissão, para debater acerca de problemas, que podem ser confirmados ou não, nos hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro. Essa audiência vai ser realizada hoje.

Com os requerimentos que estamos aprovando, estamos atropelando a própria audiência que vai ocorrer, e isso não tem sentido. Vamos ouvir os diretores dos hospitais e já estamos, de antemão, dizendo que não vamos aceitar o que eles vão dizer aqui, porque nós estamos aprovando a convocação do Ministro e estamos dizendo que queremos mais informações. Então, é melhor cancelar a audiência pública prevista. Por que vamos ouvir os diretores dos hospitais se acabamos de convocar o Ministro, se estamos aprovando um requerimento de informação?

Estamos aqui dizendo que os diretores dos hospitais vão esclarecer. Fica sem sentido. É preciso ter uma linha lógica de procedimento. Precisaríamos ouvir os diretores dos hospitais. Se compreendermos que os esclarecimentos não foram satisfatórios, não convenceram, não esclareceram, aí procederia a aprovação de um requerimento para informações mais aprofundadas e a convocação de um Ministro. Porém, já convocar o Ministro e aprovar um requerimento de informação é dizer que



a audiência que nós vamos realizar não é séria, não é para valer e não vai atingir os objetivos que pretendemos.

Por isso, voto contra o requerimento, até em respeito a uma lógica processual, porque esses procedimentos só deveriam ser tomados, caso haja necessidade, depois de ouvidos os diretores de hospitais, o que vamos fazer hoje, aqui, a partir das 10h30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Luiz Sérgio, apenas um esclarecimento. O Deputado Leandro Sampaio deu entrada a esse requerimento ontem em função de que a nossa convidada Márcia Bassit, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde, teria dito que não viria à audiência pública, teria ido ao Rio de Janeiro na sexta-feira para se reunir com diretores de hospitais e dizer que não viria.

[p7] Comentário: Sessão:0498/10 Quarteto
Taq.:Patrícia Maciel Rev.:

Esse requerimento de convocação do Ministro, feito pelo Deputado Leandro, deu-se justamente por isso. Nós não podemos convocar a Sra. Márcia Bassit, porque ela é Secretária. Mas o Ministro, sim. Essa convocação do Ministro é tão somente em função dessas informações. Ontem, ela ligou 3 vezes para a Comissão para dizer que não viria. Ninguém está convocando o Ministro por convocar, não. É como o caso da Dra. Fernanda, Presidente da Caixa, que marcou por 3 vezes e não veio. Aí, nós votamos um requerimento de convocação do Ministro Guido Mantega, que nem por isso prosperou. Também espero que não prospere o que convoca o Ministro da Saúde. Então, essa é a única razão. A Secretaria, segundo informações que tivemos do escritório do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, disse que não viria e até pediu a alguns diretores que não viessem. Eis a razão da solicitação do Deputado Leandro Sampaio, do pedido de convocação do Ministro, que acredito que vai ficar prejudicado se ela vier.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, como a audiência pública está marcada para a parte da tarde e falta pouco tempo para o seu início, eu gostaria de saber de V.Exa. quem, dentre as pessoas relacionadas na lista de



convidados, desde o Sr. Geraldo di Biasi Filho até o último da lista, o Sr. Jorge Figueiredo Novaes, já confirmou a presença junto à Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - A audiência está marcada para as 10h30.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Então, será em seguida, falta meia hora. Quem já confirmou presença?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Dois diretores de hospitais. Está faltando tão somente a confirmação de um. Não sabemos se ele vem, pelo menos não entrou em contato com a Secretaria. É o diretor do Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro. Os demais confirmaram. Além deles, o Coordenador de Núcleo Estadual do Ministério da Saúde — NERJ, Sr. Oscar Berro, também confirmou. Estamos aguardando a confirmação ou não da presença da Secretaria-Executiva, Dra. Márcia Bassit.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - Sr. Presidente, já se encontram presentes o Dr. Geraldo di Biasi, Diretor do Hospital de Ipanema, e o Dr. Paulo Roberto, Diretor do Hospital de Jacarepaguá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Tudo bem. A audiência está marcada para as 10h30.

Vamos votar.

Item 9. Requerimento nº 339/10, de autoria do Deputado Leandro Sampaio.

Há mais algum Deputado que queria discutir?

Com a palavra o Sr. Deputado Bernardo Ariston.

O SR. DEPUTADO BERNARDO ARISTON - Sr. Presidente, eu queria discordar dos colegas que me antecederam, porque existem indícios fortes de irregularidades — indícios —, e nós precisamos apurar, até para dar a essas pessoas a oportunidade de esclarecer os fatos. Se não tiverem nenhum comprometimento, poderão seguir a vida tranquilamente, sem qualquer problema.

Na qualidade de representante do povo, e como estamos tratando aqui de verba pública, ou seja, verba do povo brasileiro, e a questão da saúde pública é ainda muito delicada em nosso País, acho que todo tipo de informação é bem-vinda a esta Comissão.



Foi dito que o Ministério não pode ficar à disposição da Comissão de Fiscalização e Controle. Com relação a isso, eu quero discordar também. Não só o Ministério da Saúde como todos os Ministério têm que ficar à disposição da Comissão de Fiscalização e Controle, sim, diuturnamente, porque é esta a Comissão que justamente faz a fiscalização, representando o povo brasileiro.

Então, não tenho melindre algum em aprovar esses requerimentos, porque eu busco aqui a informação. Eu quero ter conhecimento para poder agir. Mesmo que esse conhecimento seja para concluirmos que essas pessoas não têm nada a ver com essas histórias. É fundamental para a Nação brasileira ter essa oportunidade. Então, receber essas pessoas aqui não deveria causar melindre nenhum, muito pelo contrário.

A Comissão vem sendo presidida por V.Exa. de forma muito tranquila, nós temos Deputados aqui do mais alto nível, competentes, que com certeza farão tanto da audiência quanto do requerimento peças para conduzirmos bem essa questão. O nosso objetivo aqui, até onde eu penso, até onde tenho conhecimento, é justamente este: a busca da informação. Ninguém está aqui para malhar o Judas, nem para pendurar ninguém na forca. Muito pelo contrário. Nós queremos dar uma satisfação ao povo brasileiro e ouvir essas pessoas que estão envolvidas pela grande mídia e por outras pessoas, têm os seus nomes envolvidos, sem ao menos sabermos se têm alguma coisa a ver com essa situação ou não. Então, na minha opinião, é uma oportunidade para essas pessoas se manifestarem e colocarem às claras o que vem acontecendo.

Portanto, quero, desde já, registrar o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Continuando a discussão, com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, é salutar essa discussão, já que houve aqui uma inversão. Esse requerimento deveria anteceder a todos os anteriores. Mas, já que nós já fizemos a convocação do Ministro e ouviremos diretores de hospitais, que poderão esclarecer algumas dúvidas desta Comissão, nada melhor do que termos documentos inclusive para colocar na PFC do Deputado Otávio Leite — já estou solicitando —, para fazer uma relatório mais condensado e com mais garantias de exatidão nas informações.

[P8] Comentário: Sessão:0498/10 Quarteto
Taq.:Carlos Eduardo Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Continua a discussão.

Quero fazer um esclarecimento aos Srs. Parlamentares. Existem 2 PFCs com referência aos hospitais do Rio de Janeiro: uma de autoria do Deputado Eduardo Valverde, do PT, que solicita uma fiscalização dos hospitais da capital; e outra de autoria do Deputado Otávio Leite, que solicita informações e uma fiscalização nos hospitais federais do Rio de Janeiro.

Achei por bem, então, designar o Deputado Alexandre Santos Relator das 2 questões, por se tratar do mesmo assunto, no mesmo Estado. Consequentemente, entendo eu em particular, o Deputado Alexandre Santos vai necessitar, efetivamente, dessas informações para poder realizar o seu relatório. E mais do que isso: nós temos recebido denúncias aqui quase diariamente — o Deputado Fernando Gonçalves mesmo me dizia há pouco que recebeu uma — com referência à não concordância de fornecedores do Rio de Janeiro que fornecem para o hospital o mesmo tipo de mercadoria ou de serviço com preços diferenciados.

Há necessidade, no meu entendimento, sim, de que esses processos licitatórios cheguem aqui, para que a Comissão, por meio da sua assessoria, possa verificar e os Deputados possam realmente fornecer dados à sociedade, que espera uma posição diante de tantas denúncias que os jornais têm feito.

Em votação o item 9, Requerimento nº 339, de 2010, de autoria do Deputado Leandro Sampaio.

Aqueles que apoiam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do Deputado Dr. Paulo César.

B - Proposições sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões:

Representação nº 35/08 — da Associação Nacional dos Servidores do Patrimônio da União — ANASP — que *“apresenta denúncia sobre a situação de descaso das autoridades com relação à qualidade dos serviços técnico-administrativos praticados na Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, às condições de trabalho, responsabilidade funcional e profissional no plano de carreira”*.

O Relator é o Deputado Devanir Ribeiro.



Eu pediria ao Deputado Carlos Willian que lesse tão somente o relatório final, já que não temos a presença o Deputado Devanir Ribeiro. Assim nós encerrariam a pauta. Por favor, Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não, Sr. Presidente.

Em documento datado em 1º de outubro de 2008, assinado pelo seu Presidente e respectivo Vice-Presidente, a Associação Nacional dos Servidores do Patrimônio da União — ANASP formalizou REPRESENTAÇÃO para “*denunciar situação de descaso das autoridades com relação à qualidade dos serviços técnico/administrativos praticados na Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, bem assim às condições de trabalho, responsabilidades funcional e profissional e ausência de plano de carreira*”. Em sua fundamentação, é alegado que “*a falta de qualidade dos serviços somada à falta de estrutura organizacional tem levado a perdas na arrecadação de impostos e taxas, com permanente prejuízo à União*”.

Recebida na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, por força do despacho de 17/10/2008, do Presidente da Câmara dos Deputados, passou a tramitar nesse órgão como Representação nº 35, de 2008. Não tendo sido possível o seu andamento no exercício de 2008, a Presidência da Comissão designou o Deputada Sueli Vidigal para Relatora da proposição.

Em seu relatório, a ilustre Parlamentar votou pelo acolhimento da representação e pelo seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União:

“A solicitação foi encaminhada pelo deputado federal Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, acerca de verificação de possíveis pendências de atendimentos da deliberação do TCU (...).

No âmbito do Congresso Nacional, a solicitação é decorrente da Representação nº 35/2008, (...) cuja relatoria é da deputada federal Sueli Vidigal. (...)

Tendo em vista que a verificação de alguns subitens do Acórdão nº 1.042/2006-Plenário parcialmente implementados ou a implementar será feita no âmbito do processo de tomada de contas anual da Secretaria de

[P9] Comentário: Sessão:0498/10 Quarteto
Taq.:Carlos Eduardo Rev.:



Patrimônio da União, referente ao exercício de 2009, julgo ser oportuna a determinação sugerida pela unidade técnica.

Por fim, concordo também com o arquivamento dos autos.

Com essas considerações, voto no sentido de que seja adotado o acórdão que ora submeto a este Plenário.”

O voto do Relator é pelo arquivamento da proposição.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Para discutir o item 10, referente à Representação nº 35, de 2008, tem a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, em bom tempo vem essa discussão a esta Casa. Os funcionários do DPU, que cuidam de todo o patrimônio do povo brasileiro, vivem em condições até humilhantes. Necessária se faz uma grande atenção do Governo, a fim de que dê a esses funcionários as condições para que possam fazer a gestão da maior imobiliária que conhecemos.

É de suma importância para o Executivo que tenhamos a certeza do que o povo brasileiro possui realmente. São os terrenos de marinha, são as propriedades, os próprios nacionais, são vários imóveis que poderiam hoje estar sendo usados para beneficiar a população mais carente. E o que vemos é um tremendo desrespeito inclusive às pessoas que lá trabalham.

Portanto, é de grande oportunidade este momento.

Voto pelo encaminhamento também do relatório do Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Em discussão o item 10. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Deputado Devanir Ribeiro.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.



Essa primeira parte da reunião damos por encerrada, em que apreciamos todos os requerimentos e também essas proposições sujeitas à apreciação conclusiva.

Vamos ficar no aguardo. São 10h10min. Às 10h30min, pretendemos iniciar a segunda parte da reunião, que é a audiência pública já definida.

Eu me retirarei por alguns minutos, apenas para dar espaço...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, os convidados já se encontram na Casa. Poderíamos adiantar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com certeza. Concordo.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, vamos suspender a sessão, para tomarmos um café.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Passamos à segunda parte da reunião: audiência pública destinada a obter esclarecimentos acerca do desvio de dinheiro público em hospitais federais no Estado do Rio de Janeiro, aprovada a requerimento dos Deputados Leandro Sampaio e Alexandre Santos.

Para compor a Mesa, convido o Sr. Geraldo Di Biasi Filho, Diretor do Hospital de Ipanema. (Pausa.)

Encontra-se presente o Sr. João Marcelo Ramalho Alves, Diretor do Hospital do Andaraí? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Para que ganhemos tempo, também Diretor-Administrativo, Diretor-Financeiro, se possível, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Vão se classificar na hora da fala.

Sr. Rogério Tibúrcio de Castro. (Pausa.)

Sr. Paulo Roberto Fernandes. (Pausa.)

[p10] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:9 Taq.:Célia Maria Rev.:



Sr. Oscar Berro, Coordenador do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde.
(Pausa.)

Sra. Márcia Bassit Lameiro da Costa, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde. (Pausa.)

Vamos fazer a audiência em 2 etapas, já que se trata de 9 hospitais. Teremos a presença do Sr. Oscar Berro, Coordenador do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, e da Sra. Márcia Bassit, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde. Faremos a primeira etapa e, depois, a segunda, com a Dra. Márcia Bassit, se estiver presente, o Sr. Oscar Berro e os demais convidados.

Peço aos presentes que, na hora em que forem falar, por favor, não só digam o nome, mas também, conforme disse o Deputado Ademir Camilo, a função que exercem e em qual hospital, para que os Srs. Deputados possam identificá-los, bem como a Taquigrafia, porque a reunião está sendo gravada, para posterior transcrição, e será registrada nos Anais da Casa.

Conforme eu disse — na primeira reunião ficou claro —, aprovamos o requerimento do Deputado Leandro Sampaio, que é autor do requerimento juntamente com o Deputado Alexandre Santos, de convocação do Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, em função justamente do que foi dito à nossa Comissão, antes, que a Secretaria não viria. Consequentemente, este requerimento entrou na pauta de ontem, foi votado hoje de manhã, mas vai ficar a critério do Deputado Leandro Sampaio, a partir do aguardo que estamos fazendo da Sra. Márcia Bassit.

Eu não vou aguardar. Eu acho que horário é horário. Já são 10h30min.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, acho que não devemos misturar as bolas. O requerimento do Deputado Leandro Sampaio não pertence a ele mais. O requerimento agora é desta Comissão. Foi aprovada a convocação do Ministro, da Secretaria e das outras pessoas que estão ali citadas. Em que pese o avanço ou não dos trabalhos nesta audiência pública, a Comissão aprovou a convocação da Secretaria, do Ministro e dessas outras autoridades. Eu

[p11] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:10 Taq.:Hely Cácia Rev.:



entendo que uma coisa não supera nem anula a outra. Foi o que eu disse na hora da aprovação do requerimento.

Então, independentemente do andamento que tiver esta reunião, eu gostaria que V.Exa., respeitando, como sempre respeitou, os Deputados, sobretudo os que aqui votaram a convocação do Ministro e da Secretaria, fizesse o comunicado ao Ministério e já marcasse — a convocação não depende da agenda do Ministro, nem da Secretaria — essa reunião, de preferência para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Leandro Sampaio.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Farei uma pequena intervenção. Entendo que, se a Secretaria comparecer à reunião, Deputado Carlos Willian, deveríamos discutir essa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Vamos deixar para discutir isso depois.

(Não identificado) - É matéria vencida, Sr. Presidente. Vamos começar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Vamos dar início à audiência.

O autor do requerimento é o Deputado Leandro Sampaio, juntamente com o Deputado Alexandre Santos. Estou vendo que os 2 estão presentes.

Eu vou passar primeiro a palavra aos convidados e, depois, aos autores do requerimento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Vou conceder a palavra ao nobre Deputado Alexandre Santos. Antes, porém, deixo claro, independente das perguntas que o Plenário vai fazer, que cada um dos senhores diretores de hospitais diga, depois de informar a qualificação e o cargo que ocupa, se houve ou não, para que haja o devido registro, participação dos respectivos hospitais em negociações, seja no caso de compras, seja no de serviços, com a empresa Extencion. Esse é realmente o objeto do requerimento.



Eu vou dar-lhes muito pouco tempo, até para que possamos terminar o mais rápido possível esta audiência. Serão uns 5 minutos para cada um. Vão mencionar a qualificação, o cargo que ocupam no hospital e, mais do que isso, dizer se realmente existe esse tipo de transação. A notícia que saiu no jornal, ao menos pelo que vi no requerimento do Deputado Leandro Sampaio, alcançou hospital municipal e informou que haveria recursos também do Governo Federal. É isso mesmo, Deputado Leandro Sampaio?

Antes de ouvirmos o primeiro convidado, concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, estamos numa audiência pública, que também é regida pelo Regimento Interno da Casa. Pelo Regimento, qual é o tempo de cada expositor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu vou dar 5 minutos, até porque nós...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Precisamos saber qual é regimentalmente o tempo de cada expositor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Regimentalmente, fica a critério da Mesa. Justamente para poder...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - V.Exas., sim, para debater, de acordo com o Regimento, têm 15 minutos, cada um. Mas eu acho que não há muita coisa a acrescentar, apenas a existência...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, é meio sem sentido convocar os diretores de hospitais para vir à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e, quando chegam aqui, dar-lhes 5 minutos para falar. Para que cada um pudesse fazer sua exposição, seriam necessários, pelo menos, 10 minutos. Nós queremos ou não queremos ouvir os diretores dos hospitais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Podemos dar até mais do que 10 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É um contrassenso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado, podemos dar até mais de 10 minutos. Agora, coordenadoria dos hospitais do Rio está aqui

[P_626712] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:11 Taq.:Eva Rev.:



representada pelo Sr. Oscar Berro, que poderá até fazer uma exposição maior nesse sentido. Se for possível, vamos conceder 10, 15, 20 minutos. Não há problema. Estamos aqui para ouvir.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, há um capítulo do Regimento Interno só para audiência pública. Pelo Regimento, cada expositor tem direito a 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Dez mais dez.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Correto. O convidado deverá limitar-se ao tema em questão em debate e disporá, portanto, de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. O convidado tem 20 minutos, e estamos querendo cortar 15?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Luiz Sérgio, damos até meia hora. Se o senhor ler o teor do requerimento, vai ver que não há assunto para nenhum deles se estender tanto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eles é que dirão se vão precisar do tempo de que dispõem ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu vou passar a palavra ao primeiro convidado...

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Ademir Camelo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, de acordo com o próprio requerimento, ainda foram convidados o Tribunal de Contas da União e o representante do Ministério Público Federal. Esses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - O Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União, se não houver antecedência mínima de 15 dias, há realmente dificuldade para que tenham uma representação. Já foi comunicado.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu vou passar a palavra ao primeiro convidado...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Por quanto tempo, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Por 20 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, pelo que entendi e pela forma democrática com que V.Exa. dirige esta Comissão, o senhor pediu a colaboração dos convidados. O senhor não determinou que fosse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Não, de jeito nenhum!

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Deputado Luiz Sérgio está preocupado com que esta reunião não seja muito rápida. Quem está querendo dar muito tempo também é porque não quer esclarecer. Eu acho que o senhor poderia atendê-lo tranquilamente em até meia hora, 40 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Ou até mais, Deputado. Se houver assunto para isso...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Até mais, se houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - ...e informações para a Comissão, com certeza.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não vai ser por isso que vamos tirar o brilho da nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado, não se trata de dar nem de tirar. Trata-se do Regimento, que tem de ser cumprido.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu vou passar a palavra ao primeiro convidado, Sr. Geraldo Di Biasi Filho, Diretor do Hospital de Ipanema.

Por favor, Sr. Geraldo, informe sua qualificação, a função que exerce no hospital e o que o senhor tem a dizer com referência ao requerimento que recebeu lá na direção do hospital.

O SR. GERALDO DI BIASI FILHO - Meu nome é Geraldo Di Biasi Filho. Sou o Diretor-Geral do Hospital Federal de Ipanema desde abril de 2009.

Quanto ao requerimento, à convocação, estou aqui para responder o que me for perguntado. Mas, em relação à unidade que eu dirijo, o que eu tenho a dizer é que a unidade realmente não compra nada dessa empresa que foi citada pelo senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - De acordo com o Regimento, o senhor tem mais tempo. O senhor já respondeu o que gostaríamos de ouvir. Agora, fique à vontade para usar o tempo regimental.

O SR. GERALDO DI BIASI FILHO - Não, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Conforme consignou o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Fica facultado a ele, como expositor, se quer o tempo regimental ou não; não a quem preside.

O SR. GERALDO DI BIASI FILHO - O hospital não tem algo com essa empresa. Eu já fiz o levantamento. Nós não compramos dessa empresa. O hospital não possui serviços de neurocirurgia que possam usar alguma coisa que essa empresa representa. Então, eu acho que posso ajudar muito pouco em relação à unidade que eu dirijo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Luiz Sérgio, não foram usados nem os 5 minutos que eu gostaria de ter dado. Mas, vamos lá.

Com a palavra o Sr. João Marcelo Ramalho Alves, Diretor do Hospital do Andaraí, a quem peço também que se apresente.

O SR. JOÃO MARCELO RAMALHO ALVES - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Meu nome é João Marcelo Ramalho Alves. Sou o Diretor-Geral do Hospital Federal do Andaraí, no Rio de Janeiro.

Em relação ao mencionado requerimento, o Hospital Federal do Andaraí adquiriu materiais da empresa em questão. Porém, os materiais não foram vinculados à neurocirurgia, e, sim, à cirurgia vascular. E não fez aquisição apenas nessa empresa, mas em outras empresas também, e, em todas, por pregão eletrônico. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Passo a palavra ao Sr. Rogério Tibúrcio de Castro, Diretor-Administrativo do Hospital da Lagoa, em substituição à Dra. Roberli Helena Bicharra Pinto.

O SR. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - Meu nome é Rogério Tibúrcio de Castro. Sou o Coordenador Administrativo do Hospital da Lagoa e represento a Dra. Roberli.

[P_626713] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:12 Taq.:Eva Rev.:



Nos últimos anos, nós não fizemos aquisições de micromolas dessa firma em questão. E são colocadas também pelo serviço de cirurgia vascular, não pela neurocirurgia, embora esteja a neurocirurgia atenta ao caso, por causa de complicações passíveis de ocorrer.

É só isso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu só queria saber qual foi o motivo de ele ter vindo no lugar da convocada. Só isso. Eu acho que este Plenário aqui tem que saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - O senhor está representando a Dra. Roberli Helena Bicharra Pinto.

O SR. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - Nós mandamos um ofício explicando que a Dra. Roberli está com um familiar doente e não pôde vir — está nas mãos do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Perfeito.

O senhor disse que não teve nessa área nenhum tipo de coisa. É só para complementar, para que fique definida a informação: nenhum tipo de transação houve do hospital com essa empresa?

O SR. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - Houve uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Então, o senhor diga, por favor, para não ter problema.

O SR. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - O objeto aí é micromolas. Não adquirimos micromolas dessa empresa. Apenas um filtro de veia cava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Só para a Comissão ter conhecimento: houve transação do hospital com essa empresa?

O SR. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - Um único filtro de veia cava com essa firma. Só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Há algo mais que o senhor queira falar?

O SR. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - Não.



O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Permita-me, Sr. Presidente.

Essa empresa atua com mais outras 2 empresas. O proprietário da Extencion também trabalha com a Interimagem e com a ECOMED.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Quando chegar o momento das perguntas, V.Exas. se manifestam

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Roberto Fernandes, Diretor do Hospital de Jacarepaguá.

O SR. PAULO ROBERTO FERNANDES - Bom dia. Meu nome é Paulo Fernandes. Sou o Diretor-Geral do Hospital Federal Cardoso Fontes, antigo Hospital de Jacarepaguá, Sr. Presidente.

O Hospital de Jacarepaguá ainda não possui o serviço de neurocirurgia. Por isso não foram adquiridas as micromolas para fazer esse procedimento importante de neurocirurgia lá no Hospital Federal de Jacarepaguá.

Com essa empresa, nos últimos 5 anos, foi uma única transação, para adquirir material, como agulhas, balões. São materiais para uso em cirurgia vascular periférica. Nós não temos ainda os serviços de neurocirurgia e também não temos hemodinâmica, que também é uma condição primordial para que façamos esses procedimentos com essas micromolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Bom, mas houve transação com ela — é só para saber.

Esses são os primeiros diretores de hospitais. Eu vou passar a palavra agora ao Coordenador do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro — NERJ, Sr. Oscar Berro.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Eu vou pedir licença para fazer uma apresentação. Entendendo o espírito da convocação, fizemos um estudo retrospectivo dos últimos 5 anos. Fizemos a análise, prontuário a prontuário, de cada um dos pacientes que porventura tivessem utilizado micromola. Pretendo não passar dos 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Apresente-se, por favor, para que fique registrado nas notas taquigráficas.



O SR. OSCAR JORGE BERRO - Perfeito. Meu nome é Oscar Jorge Berro. Oscar Berro. Sou Diretor da Rede Hospitalar Federal no Rio de Janeiro. A sigla é DGH.

Sou servidor público da Fundação Oswaldo Cruz há 35 anos — tecnologista sênior.

(Segue-se exibição de imagens.)

Essa imagem é para que os Deputados que não são familiarizados com o Rio de Janeiro entendam a nossa rede. Ela é herança de uma rede federal, quando a Capital era o Rio de Janeiro. Algumas unidades foram municipalizadas e outras voltaram a ser federais num segundo momento político, na reorganização do SUS.

Se pegássemos qualquer viatura de qualquer um dos hospitais, chegaríamos ao mesmo hospital, seguindo a velocidade normal permitida pelo DETRAN, em 75 quilômetros. Em torno de uma hora e meia, conseguiríamos rodar toda a nossa rede, ponto a ponto — logicamente, não andando dentro das unidades.

Esse é um projeto que estamos desenvolvendo desde 2009. É a qualificação da rede hospitalar. Ela tem 9 bases, que fazem com que remodelemos o hospital, pactuando com o Estado e com os Municípios o nosso verdadeira papel. Por causa dessa babel histórica que já mencionei, temos hospitais fazendo atenção básica, quando deveriam está fazendo alta complexidade, porque o Estado e os Municípios não pactuaram anteriormente.

Lembro que os hospitais são federais no Rio de Janeiro e não do Estado do Rio de Janeiro — é um outro conflito que às vezes temos, inclusive, em relação a recurso. É o recurso federal colocado no Estado? Não. É o recurso federal colocado nas unidades federais que ficam no Estado do Rio de Janeiro, mas atendem o País inteiro.

Aqui nós temos vários tópicos. Trabalhamos em articulação com os 6 hospitais de excelência de São Paulo: HCOR, Samaritano, Sírio Libanês e todos os outros que V.Exas. conhecem.

Essa é a nossa capacidade instalada. Temos 2.125 leitos, sendo 1.788 leitos de enfermaria; 249 de CTIs; e 138 de urgência e emergência. Quer dizer, o paciente chega e tem de ser atendido imediatamente, senão evolui, infelizmente, para o óbito, quando corre risco de morte.



Esses são os nossos indicadores. Consultas no ano de 2009, 1.011.253; internações de CTI; cirurgias; cirurgias ambulatoriais; e atendimentos de emergência.

Essa é a nossa linha de cuidados. O informe está sendo entregue a V.Exas. Depois, V.Exas. ou suas assessorias poderão fazer uma análise mais detalhada.

O que acontece com a questão dos *stents* ou das micromolas? Esse é um procedimento que, em muitos países tidos como desenvolvidos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Leandro, a informação que ele está trazendo é importante para o requerimento de V.Exa.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - As micromolas são procedimentos que foram incorporados ao cardápio e ao arsenal da Medicina como possibilidade de evitar intervenção cirúrgica. V.Exas. verão e entenderão o que estou dizendo. Peço aos que têm um pouco de ojeriza a sangue que não olhem diretamente para a imagem. Eu a trouxe aqui para que os senhores entendam.

A micromola é a possibilidade de eu manter um paciente vivo com a menor intervenção possível. Ela é uma intervenção também. Tenho de invadir o corpo para colocá-la. Senão, na questão das micromolas para eventos ligados ao cérebro, eu teria de abrir — abrir mesmo. Teria de usar uma serra para abrir o crânio, trepaná-lo para fazer a intervenção naquele determinado vaso. Às vezes, ele é muito pequeno, menor que um botão de camisa, de paletó de homem. Esse é o tamanho da micromola de que estamos tratando. Isso foi feito e vem sendo incorporado, porque os profissionais que estavam sendo formatados há 30 ou 40 anos não conheciam essa tecnologia em suas faculdades. Então, passaram a ter de se reformatar, retreinar, reabilitar para poder utilizá-la.

Aqui nós vamos contando a história. A partir de 2002, incorporamos isso ao cardápio dos procedimentos no Brasil.

Para que V.Exas. tenham uma ideia, essa é a referência. Isso aqui é uma micromola. A referência é o dedo. Gostaria que V.Exas. entendessem que teríamos dificuldade em abrir um pacote para mostrar uma micromola, porque ela não pode ser reesterilizada. Então, tivemos de pedir a alguém para fotografar o procedimento dentro de um centro cirúrgico, com uma iluminação diferente da necessária. Isso foi

[P14] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:14 Taq.:Silvanda Rev.:



feito por amadores dentro do centro cirúrgico, com o próprio profissional fotografando.

Observem as fotos que estão para o lado de lá. É o aneurisma antes; o aneurisma, que pode se dar em qualquer vaso; e depois de ser tratado. A mesma coisa: o aneurisma, e depois de ser tratado com a micromola.

Esse é o desenho. Já é a técnica ilustrada. O aneurisma e a entrada dessa micromola, que tampona, faz como se fosse uma ocupação desse trombo para que ela fique retificada. Seria como se o cano de uma companhia de água estufasse. Ele é ocupado para que a água flua normalmente.

Vemos aqui pacientes submetidos a embolização por má formação arterial venosa. Vamos colocar... Por favor, gostaria que os senhores entendessem que nós não podemos, por exercício da atividade, dar nome, sobrenome, endereço. Então, nós colocamos todas as siglas para que pudéssemos entender.

Esse é o procedimento. Entrou pela perna. Ele entra no trombo. Essa mola vai sendo solta. Ela vai preenchendo o orifício, ou melhor, o trombo, o esgotamento, como se fosse um enfartamento.

Esse procedimento faz com que possamos diminuir... Primeiro, nós diminuímos, quase que encurtamos, a possibilidade do aneurisma e fazemos com que esse paciente, que ficaria 4, 5, 6, 10 dias internado no hospital, entre num dia e saia no dia seguinte. Quando muito, na existência de alguma outra intercorrência, ele fica de 2 a 3 dias. Diminuímos economicamente a vida do paciente, a limpeza do procedimento e, mais do que isso, fazemos com que o indivíduo tenha um tempo e uma expectativa de vida com risco muito minorado, em função disso. Esse é o primeiro. É o procedimento de que estamos tratando.

O próximo é o procedimento medieval — por favor, respeitosamente. Por que é um procedimento medieval? Aqui existem médicos e profissionais da área da saúde. O procedimento é medieval mesmo. Não existe outra possibilidade. É abrir, como se nós fizéssemos... Por favor, não o fazemos. É um exercício de linguagem. É como se nós pegássemos uma furadeira com uma lixa, uma serra e cortássemos o crânio para tirar a calota.



Os senhores verão esse procedimento agora, com a utilização de um fio para fazer o corte do tecido cerebral, para que possamos realizar a intervenção e, aí, sim, a redução do aneurisma.

Essa é a passagem de um fio, como os senhores podem ver. E verão o processo medieval. É uma serra no sentido contrário. Vejam a serra entrando; uma serra com o fio. Isso aqui é um fio induzido. Estamos fazendo no sentido contrário, de dentro para fora, o corte do cérebro para tirar a calota. O tecido cerebral é tirado. É lógico que estou fazendo uma lesão ao tecido. Se esse tecido tiver alguma área nobre, obrigatoriamente terei de lesioná-lo. Mas tenho de manter a vida do paciente para fazer, depois, a colocação de um grampo. O nome é *clamp*, porque é um grampo mesmo. É um grampo que fecha o aneurisma para que ele não passe.

Alguns estão se lembrando da época do seu exercício de atividade na ponta das mãos.

Nós poderemos pular essa parte. Por favor, se pudéssemos passar para o próximo... Eu confesso que não é muito agradável.

Eu preciso de um foco. Esse é o máximo que a senhora consegue? (Pausa.)

Volte. Volte um. Não, não. Gostaria que desse foco só. Não há possibilidade de foco? (Pausa.) Então essa apresentação será entregue aos senhores.

[P15] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:15 Taq.:Sheila Maria Rev.:

Vamos lá. Hospital da Lagoa. Nós fizemos a colocação de 107 molas em 12 pacientes, de 2005, que é o pleito, a 2010. Todos os prontuários, a partir do evento que o Deputado Leandro Sampaio mencionou... O Ministro Temporão determinou que eu abrisse um procedimento de esclarecimento do que estava acontecendo. A nossa equipe foi às unidades, recolheu todos os prontuários, chamou todos os chefes de serviço de neurologia e vascular. Nós olhamos prontuário por prontuário — pertinência, necessidade, uso de mola ou não, o procedimento chamado convencional, que é o da cirurgia, o da invasão, que eu chamo de medieval. Todos os casos estão descritos aqui. Então, nós fizemos 107 procedimentos no Hospital da Lagoa; 2 procedimentos no Hospital do Andaraí, sendo que houve a utilização de 4 molas; e 144, que é o total das 3 unidades que fazem procedimento de utilização de micromola.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Dr. Berro, por favor. No primeiro hospital, foram cento e....



O SR. OSCAR JORGE BERRO - Cento e sete aplicações de mola.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Cento e sete para quantos pacientes?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Para 12 pacientes, Deputado Leandro Sampaio.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Então, nós temos uma média de 9 molas por paciente?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Alguns mais, outros menos, porque ele passa às vezes por 2 embolizações. Ele faz uma embolização, por exemplo, no dia 13 e outra no dia 18. O procedimento de embolização é feito em pacientes que sangram, e nós não sabemos em qual lugar vão sangrar. Ele sangra do lado direito. Aí é feita a colocação desse grampo por micromola.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Dr. Berro, o senhor sabe qual é a média nos hospitais em que o paciente normalmente se utiliza dessa mola espiral?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - De 6 a 8 molas.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - De 6 a 8 molas. Isso é o normal?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - É o tradicional, o convencional. Porque ela vai entrando. Não tampou, tem de colocar uma outra, que vai fazendo o trabalho de fechamento. Entra uma outra, entra uma outra, entra uma outra, para que feche. Às vezes você clampa uma, está tudo normal; quando olha na imagem, uma outra posição faz o aneurisma, e tem de ser feito. Muitas vezes, quando se está fazendo o procedimento para reduzir esse aneurisma, acontece um outro. São pacientes em diversas situações, como os hipertensos, que têm uma necessidade. E muitas vezes eu coloco uma micromola. A micromola é um... Eu tenho uma cateter, que vai andando, e só posso levar uma micromola. Não tenho como levar 10 micromolas. Levo uma. A micromola é como se fosse um sapato: cada um de nós tem o número do pé. Eu não posso chegar numa sapataria e ter ali sapato número 42 ou número 37. Então, eu preciso colocar uma. Coloquei, e essa mola não pode ser reutilizada.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - O Ministério orienta no sentido de que os hospitais usem até... Qual é o máximo....

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Não existe orientação nesse sentido. Orientação como Procedimento Operacional Padronizado — POP não existe,



porque isso é tratado caso a caso, pessoa a pessoa, de acordo com o que o paciente está tendo. Nós não sabemos... Esse é o problema. Às vezes, abre-se a cabeça de uma pessoa para descobrir o que ela tem, só depois de aberta. E não é necessário. Há, às vezes, um risco maior, e é expor o paciente. Esses procedimentos são única e exclusivamente ligados a salvar a vida de pacientes. Alguns pacientes — alguns, inclusive, da minha relação de amizade — conseguiram ter 2 aneurismas no mesmo momento, em cantos distintos. Então, tiveram de fazer um procedimento por uma, e depois um outro por outra, para que pudesse ser salvo. É lógico que isso não é uma rotina, Deputado.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Seriam 2 molas?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Não. Podem ser 5, 6 molas. Eu coloco uma; se ela não foi necessária para reduzir, coloco uma outra; e vou colocando até que esse trombo, esse aneurisma seja reduzido. Essa é a dificuldade. Coloca-se uma mola quando o aneurisma é pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Sr. Oscar Berro, por favor, de quanto tempo o senhor ainda necessita?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Só de mais 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Farei, então, uma pergunta pertinente.

Quando se faz a arteriografia, já se sabe mais ou menos o quantitativo de mola, tendo em vista do tamanho do aneurisma. Na realidade, a mola é para preencher aquele aneurisma. Então, na arteriografia, eu acredito que o médico, o neurocirurgião já vá para... Pode até haver uma distância entre 1 ou 2, mas não tão grande assim. Acredito que pelo tamanho do aneurisma é que se sabe o número de molas.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Não. Primeiro, a indicação do procedimento se dá por um consenso terapêutico de profissionais. Não é um único profissional que o faz.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - O procedimento, se vai ser invasivo ou se vai ser por abertura direta, por local direto, é uma outra coisa. Mas eu acredito...

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Mas ele se dá antes, Deputada.

[P16] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:16 Taq.:Lilian Rev.:



A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Com certeza. Que tipo de procedimento será definido. Mas, depois do tipo de procedimento... Bom, vamos fazer pelo método invasivo, que é o caso da embolização...

O SR. OSCAR JORGE BERRO - É o menos invasivo, porque nós temos...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Na cirurgia, costuma-se falar... Eu acredito que seja um método invasivo, porque ele é feito por cateterismo. Então, a embolização é feita por cateterismo. Isso se chama método invasivo. O outro método tem um outro nome. Os médicos podem me ajudar, porque sou veterinária, não sou médica.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Chamado de cirurgia aberta.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Cirurgia aberta. Mas o método invasivo é esse. Embolização é um método invasivo.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Qualquer coisa, até uma injeção é invasiva. Até a aplicação de uma seringa é invasiva. Tudo que entra no corpo é invasivo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Estamos falando aqui de neurocirurgia ou de cirurgia vascular. Não estamos falando de aplicação de injeção.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Isso. Mas é só para que as pessoas entendam o conceito.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Mas as pessoas também têm de entender que, quando o médico vai para o centro cirúrgico, pela arteriografia, ele tem uma noção, com a experiência que tem... Só para não dizer aqui que os médicos não sabem o que vão fazer na hora.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Claro.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Pelo amor de Deus! Os médicos federais são altamente capacitados.

Então, quando eles vão para o centro cirúrgico, já têm uma noção do quantitativo que irão utilizar. É como uma cirurgia ortopédica. Quando o médico vê, sabe mais ou menos o tamanho da prótese, dos parafusos ou dos pinos que precisa utilizar. Mas ele leva uma mala com vários equipamentos para ver o que realmente será utilizado. Mas ele já vai para a cirurgia com uma noção do quantitativo pela arteriografia, que é aquele exame que foi passado antes. Ele já sabe, mais ou menos, o quantitativo que será necessário. O que pode ocorrer é que, não havendo



a ressecção completa do aneurisma, seja preciso fazer uma nova intervenção, alguns dias depois.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Às vezes, não uma nova, Deputada. Às vezes, é utilizada uma mesma guia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Vamos deixar... Por favor, peço...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN O - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Darei a palavra para uma questão de ordem ao Deputado Carlos Willian. Porém, antes de passar a palavra a S.Exa., vamos deixá-lo concluir. Depois iremos para as perguntas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, a minha questão de ordem — e eu gostaria do tempo regimental para encaminhá-la — é com base no art. 256, § 2º, que diz que o convidado deverá limitar-se ao tema ou à questão em debate e disporá para tanto de 20 minutos, prorrogáveis, a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

Eu estou requerendo essa questão de ordem, mesmo buscando emprestado do Deputado Luiz Sérgio, como guardião do Regimento...

O Dr. Oscar Berro está nos dando uma aula de medicina. Inclusive, eu já sabia como funcionava esse sistema. Então, S.Sa. está nos dando uma aula de medicina — como funciona, onde é colocado, como se abre, como se fecha. Falou sobre a situação do paciente, qual a necessidade dele. A Deputada fez intervenções e disse que o médico já vai com uma mala, e na hora sabe o que vai fazer...

Eu gostaria de dizer que o assunto está desfocado. O que estamos querendo saber, Sr. Presidente, é sobre as operações feitas só no papel, com o desvio de milhões de reais, sobre as fraudes. Médicos faziam cirurgias fantasmas em hospitais públicos. A pessoa foi presa. No jornal *O Dia* há a operação da fraude. Mostra como é feita a fraude. Mostra como se abre o paciente e se colocam os pregos.

Acho que deveríamos nos ater ao seguinte... Nós queremos saber qual mala de dinheiro desviado era entregue aos médicos. Queremos saber é sobre a abertura do derrame do dinheiro público, que está sendo desviado. Queremos saber é onde o Governo está pondo grampo para tampar esses desvios e essas corrupções. É isso.



Não queremos uma aula de medicina. Senão, ele estará fazendo propaganda para o Sr. Jorge Figueiredo Novaes, dono da empresa que vende esses equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Carlos Willian, a explanação feita pelo Coordenador do Rio vem ao encontro do material que essa empresa forneceu. Ele quer, justamente, que a Comissão e os autores do requerimento saibam efetivamente como o material é utilizado. Mas S.Exa. já vai concluir.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Então, esse é o grupo de pacientes que foi tratado ~~em 5 anos. Da mesma forma como V.Exa. disse, Deputado, a Deputada Solange Almeida é da área da saúde, é militante da saúde, é médica veterinária, mas entende do assunto, trabalha nisso. Então, ela está falando sobre o foco do procedimento, que informa que alguns hospitais, menos do que a sociedade precisava, já estão entrando no que chamamos de modernidade da saúde e de medicina mundial.~~

[p17] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:17 Taq.:Christiane Monteiro Rev.:

Estamos tratando aqui não de medicina, mas de um desvio da prática da Medicina, infelizmente, em algumas áreas. Posso garantir-lhe que na área federal isso não acontece, como iremos apontar aqui. Desculpe-me, Deputado Leandro Sampaio, da mesma forma, muito respeitoso, mas a demanda foi em cima de uma determinada empresa. E nós fizemos o nosso levantamento em cima disso, por orientação do Sr. Ministro, da Sra. Secretária, do Sr. Secretário de Assistência à Saúde, Dr. Alberto Beltrame, para que pudéssemos ter esses dados em algum momento em que fôssemos questionados. Isso também nos incomodou, porque se trata da rede federal. Mas não dizem qual federal. Existem várias federais. Existe a educação, existem as Forças Armadas. E nós somos da área da saúde, de uma das 3 redes que mais trabalham no setor da saúde.

Hospital Federal da Lagoa. Vou adiantar, porque, como disse o Deputado, é analisado caso a caso.

Por favor, pode acelerar. O material ficará disponibilizado para análise dos senhores. Qualquer questão que quiserem esclarecer, estarei à disposição, e os diretores também.

Esse é tirado do Portal da Transparência do Governo. Compras feitas nos nossos hospitais.



Institutos. O Rio de Janeiro tem 3 institutos: INCA, Traumato-Ortopedia e Cardiologia, de Laranjeiras. Compramos 2% na Extension, de 2005 a 2010; Ministério da Educação, 0,2%; hospitais militares, 84%. Esse dado não é meu, é do Portal da Transparência. Compras da empresa solicitadas pelo requerimento. Da rede federal, 13,5%. Quando a Extension se estabeleceu, no pedido dos senhores, em 2005, era um fornecedor quase que privativo de algumas questões, não só ligadas à micromola. Faz pouco tempo que estão ligadas à micromola. Mas eles vendem uma série de produtos.

Extra das nossas unidades. Valores empenhados. Hospital dos Servidores de Bonsucesso, em 2005, 571 mil.

Materiais diversos. Não temos micromola em 2005.

Em 2006, micromolas só no Hospital de Bonsucesso — à época e hoje, o hospital que mais realiza procedimentos de neurocirurgia em urgência e emergência, no Estado do Rio de Janeiro.

A mesma coisa em 2007. Materiais diversos; micromola, nenhuma.

Em 2008, empenhado, material utilizado e micromolas, 195 mil reais, no Hospital de Bonsucesso.

A mesma coisa, Hospital de Bonsucesso.

Extension... Hospital do Andaraí. Materiais. Como disse o Dr. João Marcelo, itens como filtro de veia, cateter. Nenhum procedimento ligado à questão de neurocirurgia, embora seja um hospital de trauma, por sua localização, por haver muito PAF — Projétil de Arma de Fogo. Ele tem necessidade de insumos para fazer a correção desse evento importante.

Temos, no total dos 5 anos, de 2005 a 2010, 7 milhões e 100 mil. Só o valor de micromolas corresponde a 1 milhão e 274 mil. Como já foi dito pelo Dr. Paulo Roberto e pelo Dr. Geraldo Di Biasi, nós só temos 3 hospitais que trabalham com a questão pesada de neuro: o dos Servidores do Estado, que não é mais Hospital dos Servidores do Estado, mas Hospital Federal dos Servidores; o Hospital Federal do Andaraí; e o Hospital Federal de Bonsucesso.

Então, essa é a lógica. Respondendo objetivamente, não existe a possibilidade de que isso se constitua na nossa rede. Primeiro, porque compramos tudo por pregão eletrônico. Todas as empresas concorrem para a venda do produto.

[p18] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:18 Taq.:Christiane Monteiro Rev.:



Segundo, é diferente de outras organizações, que compram por comodato. Deixam o material e só pagam o que utilizam. Então, não temos como fazer isso. Nós o fazemos por estimativa. Se recebo 100 pacientes, em média, por ano, eu me preparam para atender 100 pacientes. Mas pode ser que haja 120. É lógico que devo ter uma reserva. Mas nunca uma reserva que permita esse tipo de situação.

Lembro que a rede hospitalar federal do Rio de Janeiro representa 13%, no total de vendas dessa empresa para o País. E para tudo, desde parafuso até micromola. Esse é um bom referencial.

(Não identificado) - Pelo jeito, vamos ter de chamar o comando militar. Oitenta e quatro por cento...

(Não identificado) - Já está convocado. Oitenta e quatro por cento. Vamos chamá-lo urgentemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - O autor do requerimento e os senhores, que fazem parte da Comissão, é que vão dizer.

Ouvimos, então, os primeiros convidados, os diretores de hospitais e o Coordenador do Rio. Recebemos agora a Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Dra. Márcia Bassit.

Passarei a palavra à Sra. Márcia. Depois, então, chamarei os outros diretores.

(Não identificado) - Até 20 minutos, não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Até 20 minutos, regimentalmente.

Com a palavra a Sra. Márcia Bassit, Secretária Executiva do Ministério da Saúde.

A SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA - Bom dia a todos. Cumprimento o Deputado Nelson Bornier, na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e todos os membros desta Comissão, enaltecedo a sua iniciativa e a sua preocupação quanto à aplicação do dinheiro público na saúde. É uma preocupação constante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Não é minha. É da Comissão e dos autores do requerimento, Deputados Leandro Sampaio e Alexandre Santos.



A SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA - Estou estendendo os cumprimentos a todos os membros da Comissão, no entendimento de que é um trabalho conjunto. É muito importante para o Ministério da Saúde, na medida em que demonstra a preocupação desta Comissão com a aplicação correta dos recursos públicos da saúde, o que é uma constante, principalmente na área da Secretaria Executiva. Ela tem como foco principal acompanhar desde o orçamento até as aplicações que são feitas, por meio do Fundo Nacional de Saúde, e toda a execução orçamentária financeira dos hospitais federais no Rio de Janeiro.

Evidentemente, é um trabalho feito em equipe, no Ministério da Saúde, que conta com os nossos colegas diretores dos hospitais federais no Rio de Janeiro, os diretores dos 3 institutos, e o Dr. Oscar Berro, na qualidade de Diretor-Geral da rede hospitalar federal no Rio de Janeiro.

Como eu cheguei um pouco atrasada, em relação ao início dos trabalhos desta Comissão, não vou correr o risco de ser cobrada pelos 20 minutos que me são destinados e não serei repetitiva. Acredito que, com a exposição do Dr. Berro e dos diretores que o antecederam, tenha ficado bastante claro, nas conclusões quanto ao que foi veiculado pela mídia sobre o desvio dos recursos, especificamente em relação à Extension, que a aquisição se concentra nos hospitais militares. Eu já deduzi, pela manifestações do Srs. Parlamentares aqui presentes, que haverá uma audiência específica para que os hospitais militares expliquem a aplicação de 84% de recursos para a aquisição de materiais da empresa Extension.

Também ressalto — acho que isso foi dito, mas vale a pena reforçar — que, no caso dos hospitais federais do Rio de Janeiro que estão sob a gestão do Ministério da Saúde, apenas 3 fazem ou fizeram aquisições dessa empresa, no decorrer de uma série apresentada pelo Dr. Berro. Não chegam a 2% do total com que essa empresa abastece o mercado nacional, aí incluindo também hospitais universitários, hospitais do Exército e outros, no Brasil como um todo.

O que me cabe aqui abordar, que considero bastante importante para todos os senhores que acompanham atentamente a aplicação dos recursos públicos, principalmente no Rio de Janeiro, é o nosso projeto, desde o início da gestão do Ministro Temporão, de reformulação da gestão desses hospitais federais no Rio de Janeiro para que não venham a ocorrer esses tipos de desvios que ocorrem não só



em relação a essa notícia da mídia, mas a todo momento é veiculada a existência de algum tipo de aplicação não adequada do ponto de vista da manutenção e das ações realizadas no âmbito desses hospitais.

Nosso projeto faz parte de um projeto maior. Não cabe aqui falar de todos os detalhes, mas, no caso específico dos hospitais federais no Rio de Janeiro, estamos com uma série de iniciativas, em parceria com hospitais filantrópicos de excelência que ficam, na sua maioria, em São Paulo. Refiro-me ao Albert Einstein, ao Sírio-Libanês, ao HCor, ao Alemão e ao Samaritano; e, no Rio Grande do Sul, ao Moinhos de Vento. Esses hospitais adquiriram sua excelência no decorrer dos tempos.

Acreditamos que pelo fato de sermos hospitais públicos também temos condições de adquirir a mesma excelência ou, pelo menos, de buscar a excelência que esses hospitais detêm no âmbito da sua atuação.

Já que esses hospitais são considerados filantrópicos e, portanto, têm direito a uma renúncia fiscal, estão isentos das contribuições sobre folha e outras, eles devem à sociedade uma aplicação de recursos ou o atendimento ao SUS. Há um acordo com esses hospitais de excelência de que esse dever que têm para compensar as isenções do ponto de vista fiscal e tributário seja aplicado em projetos em que se dá a transferência de tecnologia entendida de forma bastante abrangente, que passa pela transferência de procedimentos médicos, de sistemas de informática, de capacitação de recursos humanos. Há um elenco bastante grande em que há essa parceria construída.

Em relação aos 6 hospitais federais do Rio de Janeiro, há 1 ano e meio trabalhamos junto com os hospitais de excelência em torno de um diagnóstico dos principais entraves que temos para que eles passem a ser de excelência. Já temos algumas ações concretas desencadeadas no âmbito desses hospitais, como, por exemplo, a utilização do poder de compra do Estado, fazendo a análise dos principais itens de compra desses hospitais e o que eles representam dentro de uma curva ABC, maior custo e maior aplicação, para que essas compras sejam feitas de forma centralizada, através de atas de registro de preços. Esses hospitais serão obrigados a aderirem a essa ata de registro de preços, onde teremos os menores



preços do mercado e não haverá mais diferenças entre um hospital e outro para um mesmo insumo estratégico para a saúde. Essa é uma iniciativa importante.

A outra iniciativa é a contratação de mais de 100 especialistas de saúde em gestão hospitalar que estão distribuídos nos 6 hospitais federais, que chamamos de núcleo estratégico, para nos ajudar, junto com os hospitais de excelência, a implementar ações de gestão que passam por logística, informatização, capacitação de recursos humanos, compras, gestão de farmácias e avaliação do que pode ou não ser terceirizado, porque a área de serviço é fundamental e sobre ela temos de ter algum tipo de atuação.

Sem me estender muito, quero dizer que a nossa atuação, a exemplo do que se diz em termos de medicina, é muito mais preventiva do que curativa. Nessa nossa gestão não interessa ficar buscando o que aconteceu de errado nos últimos anos. Essa é uma missão dos órgãos de controle, Ministério Público, Tribunal de Contas, Controladoria-Geral da União, com a qual também temos um termo de cooperação para que esse trabalho se dê de forma conjunta.

A ação dessa gestão é no sentido proativo de conseguir ter uma excelência ou a busca da excelência na gestão desses hospitais federais. E é isso o que estamos fazendo.

Esse é um, dentre muitos outros casos que vêm sendo veiculados na mídia, e cada vez menos, através dessas ações que o Ministério vem empreendendo.

Vamos trabalhar, por exemplo, com a acreditação hospitalar. Já iniciamos esse trabalho com empresas especializadas. Já começaram pelo hospital do Andaraí e vão para 6 hospitais trabalhar com isso.

Estamos fazendo sérios investimentos na infraestrutura física desses hospitais. Esses hospitais não podem sofrer com a falta de condições do ponto de vista de atendimento dos pacientes. Eles não podem gerar nenhum tipo de constrangimento à população brasileira no sentido de ver o sucateamento desses hospitais em alguns setores. Eles têm que ser motivo de orgulho para a população. Para isso, contamos com os Parlamentares, com o Congresso e especificamente com esta Comissão, que tem um grande papel a exercer nesse trabalho conjunto que temos de fazer.



Além da acreditação, estamos também trabalhando no Rio de Janeiro, já numa fase bastante avançada, porque as condições políticas estão permitindo que isso ocorra, numa articulação entre rede federal, que são os hospitais federais e os institutos; rede estadual, que também entra com uma série de unidades hospitalares; e rede municipal, com as unidades básicas de família, que lá são chamadas de clínicas de saúde da família.

Então, de um lado estamos trabalhando no cenário de organização do Estado do Rio de Janeiro em termos de atendimento à saúde, de assistência à saúde e, de outro, com foco específico em cada hospital e no que estamos chamando de rede hospitalar federal no Rio de Janeiro.

Outras iniciativas vêm sendo tomadas com relação aos institutos. Estamos com o novo INTO, instalado no prédio do *Jornal do Brasil* que foi cedido, como é de conhecimento dos Parlamentares, pelo menos dos que são do Rio. Ele está em fase de finalização, com inauguração prevista para outubro. Já estamos contratando mão de obra, funcionários, aproveitando o banco de concursados que temos.

Em relação ao INCA, temos uma situação que também está sendo trabalhada junto com o Ministério do Planejamento para que haja um novo modelo jurídico para o INCA, que passa pelo sério problema de não mais poder ter fundações de apoio, por determinação do Ministério Público e do TCU. Mas isso também já está avançado.

O Instituto de Cardiologia entra como um terceiro instituto, importante na área de cardiologia, que também está recebendo o mesmo tratamento.

São estas as palavras iniciais que tenho a dizer para dar uma visão geral do que o Ministério tem feito. Como eu disse, reforçando a reformulação, daqui para a frente, do que deve ser esse conjunto de hospitais e deixando os órgãos de controle examinarem e avaliarem o que aconteceu no passado.

Entendo que essas iniciativas... Entendo, não; tenho quase certeza. Não posso falar que tenho certeza absoluta porque não podemos falar com 100% de certeza. Mas os avanços estão sendo percebidos a cada dia. Temos uma forte colaboração dos diretores dos hospitais, do diretor-geral da rede federal no Rio de Janeiro, da Secretaria de Atenção à Saúde e, mais do que tudo, do nosso próprio Ministro José Gomes Temporão, que tem, dentro do plano estratégico do Ministério



para esta gestão, o nosso Mais Saúde, como foco prioritário a melhoria e a reformulação da gestão dos hospitais federais no Rio de Janeiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Ouvimos, nesta primeira etapa, os diretores de hospitais, o coordenador da rede de hospitais do Rio e a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde.

Vamos passar agora aos debates.

Concedo a palavra a um dos autores do requerimento, Deputado Leandro Sampaio, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Sr. Presidente, antes de usar a palavra, já que o Deputado Alexandre Santos me falou agora há pouco que tinha mais dados ali, os quais não posso comigo, eu gostaria de ouvir o colega, também autor do requerimento. Depois, com esses dados, eu faria minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Passo a palavra ao Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, senhores expositores, quero dizer da importância deste momento para esta Comissão em face do que estamos ouvindo pela imprensa e vendo acontecer.

É de suma importância que possamos buscar todas as respostas para darmos realmente o encaminhamento necessário e a tranquilidade que se faz necessária aos gestores e àqueles que recebem os serviços prestados pelos senhores.

Quero saudar cada um dos senhores e dizer da importância deste momento. Destaco que estamos aqui não para fazer de conta, mas para buscar alguns encaminhamentos.

Sr. Presidente, desde já, quero solicitar a transcrição de toda a sessão e, se for possível, que me remetam os documentos de todas as apresentações, porque estou com duas PFCs para a saúde do Rio de Janeiro. Uma refere-se aos hospitais municipais. Foi solicitada pelo Deputado Valverde, do PT, e S.Exa. me pediu que aprofundasse ainda mais o assunto e o ajudasse nessas investigações. Já estive, inclusive, com o Prefeito Eduardo Paes.



A outra PFC, que é a preparação de uma CPI, é relativa aos hospitais federais do Rio de Janeiro. A PFC é de autoria do Deputado Otavio Leite, do PSDB do Rio de Janeiro, que também se encontra com alguns dados, já que o TCU e o Ministério Público vêm ajudando muito.

Neste momento, poderemos fazer com que esta reunião se transforme no que pode acontecer posteriormente, de maneira que possamos tentar dar algumas explicações necessárias.

O fato que houve é relevante. Tive o cuidado de ir a Itaperuna ver como se procediam essas intervenções. Fiz um levantamento da média, já que Itaperuna responde por 30% dos atendimentos do SUS no Brasil, para que pudéssemos contextualizar os procedimentos que nossos hospitais estão fazendo. Lá não são necessários 10, 12 procedimentos. Há necessidade de bem menos.

Os senhores receberão o resultado desse levantamento que estou fazendo, para que a Secretaria-Executiva, que muito nos honra com sua presença, e o Dr. Oscar Berro, que comanda os hospitais federais do Rio, possam ter os dados em mãos e saber por que as ações que na maioria das vezes são feitas não precisam de tantos procedimentos mas em nossos hospitais são feitos muitos procedimentos. É preciso haver um comparativo nas nossas operações.

Sr. Presidente, pediria que fossem levados a cada Deputado os orçamentos dos hospitais federais nos últimos 4 anos.

Primeiramente, quero parabenizar, porque tenho empresas e outras coisas e vejo que a competência dos hospitais em gastar... Puxaria o Hospital dos Servidores, que foi aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Por sinal, é o único que não veio.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, então, de imediato, já faço o procedimento de solicitação ao TCU para que faça uma devassa em todos os procedimentos desse hospital, para que imediatamente mande para lá uma equipe, para que tenhamos isso em no máximo 30 dias. Esse é um requerimento que já quero apresentar.

São 123 milhões, 741 mil em 2008; liquidados, 123 milhões, 740 mil. Estou falando dos 6 hospitais, só da normalidade, na ordem de 2 bilhões, 671 milhões; fora



o INCA, o Instituto de Cardiologia e o INTO, que passaram a ser instituições de deuses, de pessoas intocáveis. Nós vamos nos debater muito sobre isso aqui. Nós temos que ter hospitais e institutos de referência, mas eles são públicos e devem explicações permanentes a esta Casa e à sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço que sejam distribuídos a cada Deputado os orçamentos dessas unidades que aqui estamos mencionando; o que elas tiveram em seu Orçamento e o que elas conseguiram liquidar, para nós nos aprofundarmos logo no assunto que estamos tratando, já que esta particularidade de hoje faz parte de um processo maior de investigação que estamos fazendo.

Quero agradecer à Dra. Márcia por ter vindo. Em determinado momento, passaram para esta Comissão o entendimento de que a senhora não viria aqui. E eu tenho certeza de que, pela sua história, a senhora nunca iria negar-se a atender um convite desta Casa; do contrário, não estaria à altura de ocupar o cargo que ocupa.

Ouvi sua exposição e quero discordar quando a senhora afirmou que não queria ver a ação da gestão do passado, mas queria ver a ação para a frente. Eu quero dizer que a ação é do nosso Ministro e temos que zelar por isso. Temos que prestar contas também destes anos em que lá estamos e, vamos dizer, do que está sendo investigado em relação a procedimentos irregulares. Então, mais do que nunca, temos, sim, que estar atentos, preocupados, e apresentar o que, na nossa gestão, podemos ter certeza de que foi feito adequadamente.

A senhora disse que estava fazendo algumas ações e que não cabia aqui se estender. Mas eu peço à senhora que, para enriquecer este momento, enumere a esta Casa e à sociedade, até mesmo para que tenhamos outro viés no nosso pensamento, quais são essas ações que a senhora e o Ministro estão implementando. Eu acho que este é o momento adequado. Isso é importante para todos nós que fazemos parte da rede e que buscamos informações.

O Rio de Janeiro não pode mais ficar sendo notícia só de coisas indesejáveis, já que os serviços de nossos hospitais são de excelência. Nossos servidores são, reconhecidamente, os melhores do Brasil. Mas sempre estamos nas páginas dos jornais em momentos inadequados.

Nós queremos ajudar. Nós, desta Comissão, do Congresso Nacional, os representantes da população, queremos mudar essa imagem dos hospitais federais



do Rio de Janeiro. Transformaram os hospitais federais em municipais e foi um deus nos acuda. Está aí o quanto temos que pagar pelo erro que cometemos.

A nossa rede não se comunica. Essa é outra coisa que temos que fazer. Neste momento, já que o Estado tem uma boa parceria com o Governo Federal, poderia haver uma gestão participativa, para que tenhamos, inclusive nos hospitais federais, as referências localizadas, para não multiplicarmos os tipos de atendimentos realizados.

Acho que podemos evoluir. E a minha PFC vai ser de suma importância para isso.

Temos também que nos aprofundar no sentido de impedir os desvios de conduta daqueles que não podem permanecer na rede.

Portanto, saúdo os senhores por terem vindo aqui, passo os valores gastos nestes 4 anos em cada unidade e ressalto a importância de cada depoimento, porque estamos nos antecipando a um processo maior que já está em andamento, junto com o Ministério Público e o Tribunal de Contas.

Hoje é um dia em que poderemos sair daqui com avanços. Os senhores poderiam enumerar tudo o que deve ser feito para ajudá-los, ajudar a rede e também esta Casa, que, sem sombra de dúvida, quer que os hospitais federais do Rio de Janeiro continuem a ser referência e a salvar vidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Aproveito a oportunidade para fazer um esclarecimento — lembrando que eu saí, mas deixei aqui o Deputado Dely, Vice-Presidente.

O Deputado Alexandre Santos falou da PFC. Estão tramitando aqui 2 Propostas de Fiscalização e Controle: uma de autoria do Deputado Eduardo Valverde, do PT de Rondônia, e outra do Deputado Otávio Leite, do PSDB do Rio de Janeiro. Para relatar essas PFCs está designado o Deputado Alexandre Santos. E para ajudá-lo nesse trabalho faz-se importante um requerimento de informação, votado hoje — o Requerimento nº 339, de 2010 —, que será encaminhado ao Ministro da Saúde. Vou assinar o ofício e encaminhá-lo ao Presidente da Casa. Portanto, o ofício sairá da mesa do Presidente direto para o Ministro da Saúde. As informações solicitadas vão servir para o Deputado Alexandre Santos poder informar as PFCs, porque elas se referem à realização de processo licitatório nos últimos 5



anos, para compras e/ou serviços, realizados pelos hospitais federais sediados no Estado do Rio de Janeiro: Hospital de Ipanema, Hospital do Andaraí, Hospital da Lagoa, Hospital de Jacarepaguá, Hospital dos Servidores do Estado, Hospital Geral de Bonsucesso, Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia — INTO, Instituto Nacional de Cardiologia — INC e Instituto Nacional do Câncer — INCA. Eu pediria, Secretaria, já que o ofício vai sair não da Comissão, mas do Presidência da Casa, que essas informações fossem centralizadas no escritório do Rio, junto à Coordenadoria, porque vão começar a chegar as informações de cada setor. O requerimento de informação já foi votado, o ofício vai sair da Casa e, consequentemente, o Ministro deve encaminhar à Coordenadoria do Rio, que deve encaminhar a cada hospital.

Eu pediria que, quando viesse, para os técnicos da Comissão examinarem, a documentação viesse toda, e não individualmente. Está aqui o Assessor Parlamentar do Ministro. Informo que os senhores estarão recebendo este ofício, com toda a certeza, na próxima semana. Faço esse lembrete porque isso vai facilitar o trabalho do Deputado Alexandre Santos na relatoria das PFCs de autoria dos Deputados aqui citados.

Passo a palavra ao segundo autor do requerimento, Deputado Leandro Sampaio.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Sr. Presidente, antes de o autor se manifestar, eu gostaria de saber se há possibilidade de eu dar uma olhada agora na apresentação do Diretor Oscar Berro, caso já tenhamos cópia, para que eu possa formular algumas perguntas. Como foi passada muito rapidamente, quero dar uma olhada nos números.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Ah, sim! Perfeito. Vamos pedir que imprimam e passem a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Imprimam, por favor, para que, na hora da minha fala, eu esteja mais embasada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o segundo autor do requerimento, Deputado...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu gostaria de fazer uma pergunta à Secretaria.

Dra. Márcia, obtive informação junto ao Ministério — inclusive fui até lá, tendo o cuidado de não iniciar nada aqui antes — de que existe um acordo. Os 2 hospitais federais que eram de responsabilidade do Dr. Alberto Beltrame, saíram da sua gestão. A senhora pode me dizer alguma coisa sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - V.Exa. está falando do quê, da estrutura organizacional do Ministério?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - É, a estrutura pertence ao Dr. Beltrame, mas, por acordo, não estaria sob a sua responsabilidade.

A senhora pode me dizer alguma coisa sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Alexandre Santos, vou pedir à Dra. Márcia que, se puder, vá anotando as perguntas, para, no final, respondê-las.

Passo a palavra, então, ao Deputado Leandro Sampaio.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Quero, primeiramente, Sr. Presidente, cumprimentar V.Exa., os Srs. Deputados, a Sra. Deputada Solange Almeida, os diretores dos hospitais federais do Estado do Rio, o Dr. Oscar Berro, Coordenador do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, e, especialmente, a Dra. Márcia Bassit, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde.

Eu vou me ater mais à questão dessa empresa, aos problemas decorrentes desse descuido não só dos hospitais federais mas também dos hospitais públicos.

Concordo com o Dr. Oscar Berro de que foi um grande legado para o Estado do Rio de Janeiro a construção e a implantação desses hospitais no nosso Estado. Vivo uma situação particular em Petrópolis, minha cidade, em que um desses hospitais federais foi municipalizado e, diferentemente do que aconteceu no Rio de Janeiro, o Ministério não repassa os recursos necessários para a manutenção desse hospital. Isso gera, por exemplo, um problema sério não só para a atual administração mas também para todas as gestões a partir daí.

[P19] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:24 Taq.:Raquel Ferreira Rev.:



Fico impressionado com os recursos que são repassados para esses hospitais federais e lembro-me sempre do hospital da minha cidade, um hospital que era especializado na área de doenças respiratórias, mas que, de uma hora para outra, tornou-se um hospital geral que conta com escassos recursos — sempre contou — do Governo Federal. Estou fazendo este destaque porque vale também como uma lembrança para que o Ministério da Saúde olhe e acompanhe mais de perto a questão do Hospital Alcides Carneiro no Município de Petrópolis.

Os jornais *O Globo*, de 17 de abril, e *O Dia*, dos dias 16 e 17, divulgaram amplamente esta questão do desvio de verba pública. O Dr. Oscar falou em alguns números nesta reunião, mas os jornais *O Dia* e *O Globo*, nas páginas da polícia do Estado do Rio, falam em 120 milhões, 50 milhões recebidos de hospitais federais.

O Globo diz: *Uma fraude contagiosa: empresa acusada de golpe no Salgado Filho recebeu 50 milhões de hospitais federais.*

O Dia fala em 120 milhões recebidos de hospitais. A empresa Extencion Comercial Ltda. teria recebido esse valor da União.

A Dra. Márcia fala de ações preventivas, mas não tenho conhecimento ainda de nenhuma orientação do Ministério da Saúde para a Agência Nacional de Saúde, para órgãos do Governo do Estado. Por exemplo, da Receita Estadual para os hospitais públicos, sejam estes hospitais federais, hospitais das Forças Armadas, hospitais municipais. O Ministério da Saúde tem que estar atento a tudo que acontece na área da Saúde, especialmente na área dos hospitais públicos.

Estou muito preocupado também com a questão do paciente. Estamos falando muito em números, mas tenho uma foto aqui, publicada em *O Dia*, em que o paciente não vê as tais molas espirais serem colocadas por meio da neurocirurgia. Não é preciso trazer fotos, Dr. Oscar Berro, para vermos as molas nas mãos dos médicos. Nós queremos ver essas espirais justamente na cabeça dos pacientes. Imaginem o que não acontece hoje com todos os pacientes de hospitais públicos no Brasil inteiro depois de terem conhecimento da matéria do jornal *O Dia* e do jornal *O Globo*!

Antigamente o Ministério tinha a rotina de encaminhar uma correspondência para os pacientes que eram operados nessas unidades públicas, e acompanhava de



perto todo o procedimento. Junto ao prontuário também existia a radiografia, a ressonância, para saber se esses procedimentos haviam sido feitos ou não.

Pergunto: o Ministério da Saúde já fez esse encaminhamento a todos os pacientes que sofreram intervenção cirúrgica com equipamentos ou com molas espirais fornecidas pela empresa Extencion? Porque no site da ANVISA, por exemplo, essa empresa está com certificado de boas práticas, e já se passaram algumas semanas desse escândalo.

A mesma coisa acontece em relação ao Ministério da Saúde. O Ministério não informa a nenhum dos hospitais públicos ou privados em todo o Brasil sobre a empresa Extencion. Eu tenho aqui um certificado do Ministério da Saúde que atesta não haver problema algum com a Extencion, uma empresa que, aliada a uma quadrilha de médicos, promove um escândalo que envolve vidas.

Eu estou falando aqui sobre essa situação, mas muito mais do que com os recursos eu estou preocupado com o que pode ter acontecido com milhares de pacientes em muitos hospitais públicos. O Ministério da Saúde não tem a responsabilidade de supervisionar e cuidar somente dos interesses dos hospitais públicos federais, mas também dos hospitais municipais. E além dos hospitais do Rio de Janeiro, tem também os hospitais das Forças Armadas. Nós estamos falando de 120 milhões de reais e de centenas de pacientes.

A página da Polícia Civil diz que a autorização é para que fossem usadas o máximo de 12 molas espirais. Eu não sou médico, mas fico imaginando um paciente com 12 molas espirais na cabeça, quando já ouvi de alguns médicos que o normal é que se use 1 ou 2 dessas molas espirais. E estou aqui com a página também da Boston Scientific, a empresa que produz esse material. Doze molas é uma situação rara de encontrar, mas não nos hospitais do Rio de Janeiro, onde, segundo os jornais, a página da Polícia e as declarações do delegado da Polícia Federal, essa era a prática adotada nessas cirurgias. Eu não sei de onde surgiu ou se existe essa indicação do uso de 12 molas espirais nessas cirurgias.

Então, essa é a minha preocupação. Qual a ação preventiva do Ministério? Já informou aos hospitais públicos e privados, aos hospitais das Forças Armadas sobre essa situação da empresa Extencion? Já foi feito algum contato com a ANVISA, para dizer que essa empresa não tem boas práticas, que é comandada por pilantras,

[p20] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:25 Taq.:Cláudia Márcia Rev.:



por pessoas que estão promovendo o que há de pior dentro do serviço público, que é vender e não entregar o que é vital para os pacientes, para a manutenção da vida desses pacientes?

Eu também gostaria de saber se o Ministério da Saúde fez contato com esses pacientes que sofreram intervenção cirúrgica nos hospitais públicos federais; se fez contato com esses pacientes que sofreram intervenção no Hospital Salgado Filho, que é um hospital municipal do Rio de Janeiro, mas que recebe recursos federais do Ministério da Saúde; se fez contato com pacientes dos hospitais das Forças Armadas e de todos os outros hospitais de todos os outros municípios que adquirem produtos dessa firma Extencion. Se ela vende 120 milhões, segundo um jornal, ou 50 milhões, segundo outro jornal, para os hospitais públicos federais, ela deve estar vendendo para outros hospitais municipais mas que recebem recursos do SUS.

E quero também levantar essa questão de na maioria das cirurgias observar-se que eram implantadas 12 molas espirais nos pacientes.

Quero que essa questão de recursos a que estou me referindo também consta do Portal da Transparência. Estou aqui com a impressão da página.

Tenho mais perguntas. Essas cirurgias já foram revisadas? Já foram analisados os prontuários desses pacientes? Os pacientes já foram entrevistados? Todos eles já foram contactados? A auditoria do SUS foi acionada? O SUS está acompanhando esse caso?

Outro dia, tomei conhecimento da denúncia de que 15,6 milhões de reais em medicamentos foram jogados no lixo pela Secretaria de Saúde do Estado. O DENASUS pediu informações, mas elas não foram prestadas ao órgão.

Quero saber se o Ministério da Saúde já acionou a auditoria dos SUS para fazer esse acompanhamento, se já contatou a ANVISA, enfim. E deixar claro que paciente não é municipal, não é estadual, não é das Forças Armadas.

O Ministério da Saúde tem a responsabilidade de acompanhar, cuidar, fiscalizar todas essas práticas. Nós não ficaremos só nos hospitais federais do Rio de Janeiro. Nós temos que estender esse trabalho e essa fiscalização a todos os hospitais públicos e privados.

[p21] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:26 Taq.:Maria Cristina Rev.:



Quem vende, quem comercializa com essa empresa Extencion Comercial Ltda. — com quem o Ministério da Saúde diz que não tem nenhum problema, nem a ANVISA —, precisa ser fiscalizada.

Nesse primeiro momento, é o que eu gostaria de falar. Quero cumprimentar o Presidente por ter tido o esforço de trazer os dirigentes de hospitais, Dr. Oscar Berro e a Dra. Márcia Bassit.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu passarei a palavra ao primeiro inscrito e depois aos autores dos requerimentos.

Com a palavra o Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero agradecer aos convidados: Dra. Márcia Bassit, Dr. Geraldo Di Biasi, Dr. João Marcelo, Dr. Rogério Tibúrcio, Dr. Paulo Roberto, Dr. Oscar Berro. Entendo perfeitamente a labuta de V.Sas., porque sou médico. Já fui diretor de importante hospital na Baixada Fluminense, um hospital universitário, e sei da dificuldade que vocês encontram; sei da excelência dos hospitais que vocês representam, que dirigem. Mas, por força da minha profissão, ao longo dela, acabei enveredando na vida pública e, por ser médico, com certeza, me tornei por 5 vezes Deputado.

Já passei por diversas Comissões Permanentes desta Casa, com as de Saúde, do Trabalho, de Constituição e Justiça e, atualmente, estou na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Como bem disse o Deputado Alexandre Santos, nós não estamos aqui para fazer de conta. As denúncias chegam, e nós temos que trabalhar, temos que dar satisfação à sociedade.

Saio daqui convencido de que V.Sas. não adquiriram o material da Extencion. Mas há outras denúncias, e eu vou me limitar apenas a uma pergunta ao Dr. Rogério Tibúrcio. Há uma denúncia em nossa Comissão. O senhor é o diretor administrativo do Hospital da Lagoa. Quem faz as licitações no hospital que o senhor representa é o Sr. Paulo Ayala, que faz todos os trabalhos administrativos, e V.Sa. apenas assina. Isso procede?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu peço, por favor, para o senhor nos deixar terminar. É só essa pergunta, Deputado?



O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - Só, e mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Então, eu vou passar. No final nós fechamos esse ciclo e chamamos o restante.

Vou passar então ao segundo inscrito.

Com a palavra então a Deputada Solange Almeida.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Não deu tempo de ler tudo. Em primeiro lugar, eu quero parabenizar os autores do requerimento e dizer até que já existe uma PFC em relação a toda a rede federal do hospital do Rio de Janeiro. Acho totalmente desnecessária a questão de pontuar o Hospital dos Servidores do Estado.

Eu até quero olhar, porque me parece que o Hospital dos Servidores não tem contato nenhum com a firma em tela, do requerimento. Já o Hospital de Bonsucesso tem, e não teria vindo.

Daqui a pouco eu passarei para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputada, está aí o grupo de diretores. Terminado esse ciclo, eles virão, mas V.Exas. já ouviram as exposições tanto do Coordenador quanto da Secretaria. Eles virão tão somente para fazer a explanação, que será mais rápido.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Está bem.

Eu quero, antes de fazer minhas perguntas e observações, deixar clara minha posição quanto aos pacientes no Estado do Rio de Janeiro, às pessoas do Estado do Rio de Janeiro, que atualmente necessitam de algum tipo de assistência médica.

Declaro aqui, pelo lado do paciente, que acho que a melhor auditoria que podemos fazer é com as pessoas que são assistidas nos hospitais federais do Rio de Janeiro. E deixo meu testemunho pessoal da qualidade do atendimento dos hospitais federais do Rio de Janeiro e meu testemunho pessoal em relação ao trabalho que esses diretores, médicos e todo o quadro de pessoal vêm fazendo em prol da saúde das pessoas do Estado do Rio de Janeiro na média e na alta complexidades.

E também faço uma reflexão em relação à dificuldade de entrada nos hospitais federais. As pessoas que entram ficam extremamente satisfeitas. Sabemos que esse é um problema da rede, é um problema de regulação, e que existe um

[P22] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:27 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



problema sério de atenção básica continuada há muitos anos na cidade do Rio de Janeiro e na periferia, na região metropolitana do Rio de Janeiro, ocasionando internações em CTI totalmente desnecessárias. Coloco isso porque acho que alguma coisa deve ser feita.

Dra. Márcia, fiz um requerimento para o Ministério da Saúde solicitando uma UPA ao lado do Hospital Federal de Bonsucesso, porque é uma tristeza chegar à emergência deste hospital e ver um paciente há 5 dias no chão. É triste ver o profissional da Saúde, como médicos, enfermeiros e até as pessoas que limpam o hospital, depararem-se com a família e com o doente num quadro desses. É triste estar com o médico e ele dizer: *"Chegou uma pessoa aqui com erisipela, e não posso mandar para casa, tenho de fazer um antibiótico venoso. Essa pessoa vem e fica numa maca. Depois disso, chega um enfartado e só tem cadeira para ele, e não posso pedir para a pessoa que está na maca sair para o outro sentar"*. Acho que não é possível permanecer nessas condições.

Fiz a solicitação para colocar uma UPA, um programa do Governo Federal, que tem colocado recursos em todo o País, e a resposta que veio do Ministério da Saúde foi que o Município de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, não estava contemplado com a UPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Bairro de Bonsucesso.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Não, foi a resposta do Ministério. Estou falando da resposta do Ministério da Saúde.

A resposta do Ministério da Saúde foi que o Município de Bonsucesso, no Estado do Rio de Janeiro — não existe Município de Bonsucesso no Estado do Rio de Janeiro! — não estava contemplado na CIB e que não poderia, nesse momento, ter uma UPA. Meu requerimento está claro, inclusive a Parlamentar enviou à Assessoria Técnica dizendo que era próximo ao Hospital Federal de Bonsucesso, no Estado do Rio de Janeiro. E a resposta foi que o Município de Bonsucesso poderia, numa segunda etapa, requerer uma UPA.

Então, acho que também temos de ver a colocação de UPAs — Unidades de Pronto Atendimento —, que sozinhas não são modelo de saúde, não resolvem a saúde do nosso País. Temos de colocá-las para que possamos fazer uma triagem adequada, porque o guarda não tem de fazer triagem de paciente, de ver quem está



em estado grave e quem não está, ou ver a gravidade do doente. Então, temos de colocar uma UPA ao lado do Hospital Geral de Bonsucesso, que tem um atendimento de excelência. Hoje, há pessoas ficando na emergência do Bonsucesso para poderem ter acesso à diálise, porque não têm nos seus Municípios.

Gostaria de parabenizar e dizer da qualidade. Mas precisamos avançar na questão de dar condições a esses profissionais, aumentar o atendimento e melhorar mais ainda a saúde dos nossos pacientes.

Não consegui ter acesso à transparência antes da minha fala, então, talvez no final, possa ainda fazer alguma pergunta.

Quero fazer apenas uma colocação técnica que não ficou clara em relação à cirurgia vascular. Às vezes, ocorre um aneurisma de aorta abdominal maior que uma bola de pingue-pongue, e esse aneurisma pode usar até 9, 10 ou 12 molas. Dificilmente isso ocorrerá num aneurisma cerebral. Quero apenas deixar claro que isso tem muito a ver com a questão de que o Hospital de Lagoa é um hospital referência em cirurgia vascular.

Já há uma PFC para todos os hospitais. Acho importante termos esses dados e sabermos como e para onde está indo o dinheiro. Isso apenas auxilia. Sempre disse que a crítica é algo muito importante.

Gostaria de ouvir rapidamente sobre o fato de que estão sendo contratados 105 especialistas em gestão para 6 hospitais federais, e já estão contando com a colaboração, como contrapartida, da filantropia, do Sírio Libanês e de outros hospitais de alta...? Eu não entendi esse quantitativo, esses números e como eles estão sendo aplicados; eu achei, digamos assim, exagerados.

E gostaria de fazer uma pergunta ao Diretor Oscar Berro: o senhor foi gestor, por 4 anos, no Município de Duque de Caxias; o senhor, lá, fez nesses 4 anos alguma compra com a Extencion ou qualquer das outras 2 firmas que também foram citadas na mídia?

Por enquanto, são só essas as perguntas. Eu vou acabar de ler aqui, e se puder depois voltar a perguntar, eu agradeço. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Bom, eu vou passar a palavra ao último inscrito aqui, que é o Deputado Deley, 3º Vice-Presidente desta Comissão, e vamos, então, ouvir depois a Dra. Márcia Bassit, o Coordenador do Rio

[P23] Comentário: Conferido. Andréa N.



e também o diretor do Hospital da Lagoa, que foram os 3 a quem eu ouvi aqui que se dirigiram as perguntas.

Passo a palavra então ao Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Obrigado, Presidente.

Eu queria, antes de mais nada, agradecer aqui aos nossos convidados a vinda a esta Comissão.

Sr. Presidente, eu vou pedir permissão a V.Exa. e a meus pares, porque o assunto vai fugir um pouco desse grampo, que realmente pode fazer tantas coisas boas, mas também pode causar vários barulhos, como temos visto aí na imprensa. Mas eu e os meus colegas com que mantendo uma relação mais estreita sabemos que nestes últimos 40 dias eu tive um problema familiar que me chamou muita, muita atenção.

Eu tenho filhos, são 3, e 1 deles foi fazer uma cirurgia numa grande rede privada do Rio de Janeiro. Andam dizendo até que se está criando um grande monopólio dentro do Rio. Eu espero inclusive que o Ministério da Saúde também fique bem atento a essa movimentação da rede privada. E, felizmente, uma cirurgia de ligamento, eu lembro que já foi muito pior, lembro que, na época em que joguei futebol, a gente ficava vários dias presos, dentro do hospital, mas hoje felizmente a medicina já evoluiu, hoje é uma cirurgia simples, e praticamente no dia seguinte você já está em casa. Mas infelizmente, no caso do meu filho, por exemplo, ele já está há 30 e poucos dias no hospital, porque foi premiado com uma infecção hospitalar.

Então, foi uma situação que me chamou muita atenção, não só pelo caso do meu filho, mas até pela convivência — eu estive ausente vários dias aqui do Congresso, porque tive de acompanhá-lo, e a gente acaba criando uma convivência com as pessoas que estão lá. E fiquei, sinceramente, muito assustado: numa rede tida como *top* de linha, vários casos de infecção aconteciam naquele hospital. E então comecei a querer saber como é o acompanhamento, e disseram-me que havia uma comissão dentro do hospital. Achei muito estranho que nós não tivéssemos sido procurados, até para saber o que realmente havia ocorrido.

Enfim, eu quero aproveitar a presença aqui da Dra. Márcia e de todos os senhores, porque eu gostaria de saber o seguinte: qual é o índice de infecção que



nós temos hoje na rede pública? E outra pergunta: como é fiscalizada essa questão? E esses dados realmente tornam-se públicos, eu pergunto, tanto os da rede pública como os da rede privada?

Nós já estamos inclusive fazendo um estudo nesta Casa, tentando ver se há necessidade de nós criarmos um projeto de lei, porque o que mais nós escutamos realmente é falarem sobre a transparência, e acho que nós temos de ter transparência em todos os segmentos, em todos os segmentos, mas principalmente na área de saúde. Realmente esse caso — e eu quero inclusive parabenizar aqui os autores do projeto —, realmente qualquer indício de desvio de dinheiro público é uma coisa lamentável, e quando isso ocorre na saúde, realmente, quando a gente vê toda a dificuldade que se tem para se trabalhar com saúde neste País, realmente eu acho que a punição teria que ser muito mais dura, muito mais dura.

Mas então a pergunta que eu deixaria aqui, para todos os senhores, obviamente é aberta, é o que eu gostaria de saber: como é fiscalizado, como é que nós fazemos esse acompanhamento, e se nós temos a publicidade desses dados, porque eu não sou médico, eu não sou dessa área, mas acho que nós, quer dizer, o cidadão comum deveria ter esses dados em local de fácil visão, saber como anda a questão de infecção hospitalar naquela rede, até para que possamos... Quer dizer, é claro que, infelizmente, as pessoas que não têm um plano de saúde, quando conseguem ser atendidas, realmente têm que ser atendidas onde há vaga, mas o melhor seria que tivéssemos como saber como anda a questão de infecção hospitalar dentro daquela rede.

E uma outra pergunta, Presidente: eu gostaria de saber da Dra. Márcia, porque ela fala em uma nova gestão, como anda o Hospital do Fundão. É um local... Realmente, a gente tem uma curiosidade muito grande de saber quais são os planos que nós temos para o Hospital do Fundão?

Então, essas seriam algumas das nossas perguntas, Presidente. No mais, quero agradecer, evidentemente esperando que a gente traga à luz do dia todas essas questões que andam deixando-nos aqui muito curiosos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - O Deputado Bernardo Ariston quer inscrever-se. Pergunto ao Deputado Bernardo Ariston se vai dirigir-se aos diretores, à Dra. Márcia Bassit, ao Dr. Oscar Berro...

[P24] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:29 Taq.:Viviane Rev.:



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Ah, é? Então eu vou, nesse caso, liberar a palavra depois de uma pergunta. Só 1 minuto, por favor.

Nós temos uma pergunta dirigida ao diretor do Hospital da Lagoa, e então eu já o dispensaria e chamaria os outros diretores, e depois a Dra. Márcia e o Sr. Oscar Berro dariam as explicações solicitadas.

Por favor, o senhor poderia responder, então? A pergunta que lhe foi feita é do Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - Pois não, Deputado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Por favor, identifique-se, só para o registro.

O SR. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - Rogério Tibúrcio de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Sr. Rogério Tibúrcio de Castro, diretor administrativo do Hospital da Lagoa, respondendo à pergunta do Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE CASTRO - Nós funcionamos lá como uma equipe. O Dr. Paulo Ayala, que era o administrador da área privada, foi contratado por nós lá no Hospital, e precisava de uma assessoria médica. Como eu era funcionário antigo do hospital, tinha um conhecimento maior sobre a orientação da administração hospitalar, então nós nos associamos, e fazemos, ou melhor, fazíamos o trabalho em equipe. O Dr. Paulo Ayala já não trabalha mais no hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES - Sinto-me satisfeito com a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Então, já que não há nenhuma outra pergunta dirigida aos presentes, a não ser à Dra. Márcia Bassit e ao Coordenador do Rio, eu vou agradecer desde já a presença ao Sr. Geraldo Di Biase... O Sr. Geraldo Di Biase está aqui? Quero agradecer a sua presença aqui na Comissão, como convidado, assim como ao Sr. João Marcelo Ramalho Alves, diretor do Hospital do Andaraí...



O SR. DEPUTADO DELEY - Presidente, sobre essa questão, quer dizer, se pelo menos um dos diretores pudessem falar sobre a questão, pelo menos um pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Explicar? Está bem. O Coordenador vai responder.

O SR. DEPUTADO DELEY - O Coordenador? Então, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Antes, porém, Sr. Rogério Tibúrcio — 1 segundo, por favor —, Sr. Geraldo, Sr. João Marcelo e Sr. Paulo Roberto Fernandes, vou agradecer a presença aos senhores desde já, mediante o convite que foi feito — e os senhores compareceram — para a explicação, que já foi feita, da participação dos hospitais que efetivamente adquiriram esse produto junto a essa empresa, mas quero dizer aos senhores que a Comissão tem recebido, e recebe, diversas denúncias, feitas diretamente à Comissão, como também a Parlamentares, como é o caso aqui do Deputado Fernando Gonçalves, que fez essa pergunta sobre a denúncia que ele recebeu. E é em função disso que vamos fazer essa confrontação dos processos licitatórios.

[P25] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:30 Taq.:Viviane Rev.:

E mais uma vez eu ratifico: isso vai ser encaminhado ao Presidente da Câmara e ao Ministro; se os senhores pudessem unificar essas informações, por intermédio do escritório do Rio... Ouviu, Dra. Márcia? Isso facilitaria mais o trabalho, já que nós temos funcionários na Comissão que podem receber isso tudo junto e fazer esses comparativos que estão sendo preparados.

Muito obrigado aos senhores pela participação aqui na Comissão, desde já. Vão ficar aqui a Dra. Márcia e o Sr. Oscar, e vamos convidar então os outros diretores de hospitais para que venham fazer essa mesma explanação que os senhores fizeram. E consequentemente as perguntas ficariam...

O primeiro inscrito é o Deputado Bernardo Ariston.

Já estão aí? Já? Tomem assento aqui.

Bom, nós temos então... Já estão aí? Nós vamos convidar então agora para a Mesa a Sra. Sandra da Silva Azevedo, diretora do Hospital de Bonsucesso; o Sr. Geraldo Rocha Motta Filho, diretor do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia; e eu vou chamar um representante do INCA. Vieram 2, por força da



ausência do diretor-geral. Eu vou chamar o Sr. André Tadeu, coordenador de administração.

Vamos então cumprimentar a Sra. Sandra, o Sr. Geraldo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Está certo.

Por favor, quero convidar o Dr. Marco Antônio de Mattos, Diretor do Instituto Nacional de Cardiologia. Por sinal, vi uma nota aqui no *Jornal do Brasil* de que o representante do Instituto Nacional de Cardiologia não compareceria. Bom...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - É verdade.

À Sra. Sandra, ao Sr. Geraldo, ao Sr. Marco Antônio e ao Sr. André eu vou conceder aqui o tempo necessário, até pelo Regimento, evocado pelo Deputado Luiz Sérgio, mas eu tenho certeza de que os senhores não têm outra necessidade a não ser a de dizer efetivamente da negociação do hospital que os senhores dirigem com essa empresa Extencion. Eu vou ceder o tempo necessário a cada um dos senhores para que falem à Comissão, primeiro qualificando-se, declinando seus nomes, o hospital a que pertencem e o cargo que ocupam, e depois dizendo se efetivamente tiveram alguma participação, se alguma transação do hospital, quer de serviços, quer de compra de algum material, com essa firma Extencion.

Vou começar então pela Dra. Sandra. Primeiro qualifique-se, e posteriormente...

Espere aí, Bernardo, logo em seguida vai haver a...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra a Sra. Sandra da Silva Azevedo.

A SRA. SANDRA DA SILVA AZEVEDO - Bom, eu sou Sandra Azevedo. Sou médica há 32 anos. Sou médica do Ministério da Saúde, lotada no Hospital Federal de Bonsucesso, e hoje dirijo, sou diretora-geral do hospital desde julho de 2007.

Nosso hospital faz o procedimento neuroendovascular, e faz a aquisição por intermédio da firma Extencion desde 2006. Nós fizemos nesse período 29 procedimentos desses. A aquisição desse material é por meio de pregão, modalidade essa que é prevista pela Lei nº 8.666/93. E esse procedimento é feito



em más formações vasculares cerebrais. Nesse período fizemos em 2007, 2008 e 2009, e 2 em 2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Geraldo Rocha Motta Filho.

O SR. GERALDO ROCHA MOTTA FILHO - Bom dia a todos. Meu nome é Geraldo Rocha Motta Filho. Eu sou médico ortopedista, e sou diretor-geral do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia desde o início do ano de 2008.

[P26] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:31 Taq.:Sherlei Rev.:

Eu tenho a declarar que a única compra que nós fizemos dessa empresa, até por conta das peculiaridades da nossa prática — os senhores podem entender, já que o hospital é de traumatologia e ortopedia —, foi no ano de 2005, em que foram comprados R\$ 9.100,00, que foram comprados para o Hospital Municipal Souza Aguiar, porque essa era a época da intervenção, e o Hospital Souza Aguiar era um dos hospitais de nossa responsabilidade.

Essa foi a única compra, e nós não temos nenhum tipo de relação com essa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu vou passar a palavra ao Sr. Marco Antônio de Mattos, do Instituto Nacional de Cardiologia — INC.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE MATTOS - Boa tarde a todos. Sou Marco Antônio de Mattos, sou diretor-geral do Instituto Nacional de Cardiologia desde março de 2009, há praticamente 1 ano e 1 mês. Nesse período, nossa instituição não fez nenhuma compra com a empresa em questão. A compra que nós detectamos foi realizada por meio de pregão eletrônico no ano de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Passo a palavra agora ao Sr. André Tadeu.

O SR. ANDRÉ TADEU DE SÁ - Boa tarde a todos. Meu nome é André Tadeu de Sá. Sou coordenador de administração geral do Instituto Nacional do Câncer. Exerço a função desde dezembro de 2008.

Nós adquirimos da empresa Extencion, em 2004, 2005, 2006 — acho que foi só nesses 3 exercícios —, próteses de esôfago. Em 2004, em torno de R\$ 40 mil; em 2005, R\$ 50 mil; e em 2006, R\$ 50 mil. Em 2006, em particular, algumas compras foram realizadas pelas unidades que estavam sendo acompanhadas pelo INCA na época da intervenção, da calamidade, o Hospital da Lagoa e o Hospital



Cardoso Fontes. No momento não temos nenhum tipo de contrato ou fornecimento com a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Quero registrar a presença aqui, que muito nos honra, da Senadora Ideli Salvatti.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Trabalhando, é lógico.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Atrapalhando, não, ajudando.

Vou dizer aos senhores, à Dra. Sandra, a Geraldo, Marco e André, que eu não sei se teremos perguntas feitas diretamente por alguns membros da Comissão, mas, como já foi dito aos anteriores, na sequência teremos agora as respostas às perguntas feitas ao Sr. Oscar Berro, Coordenador do Núcleo Estadual do Rio, e à Dra. Márcia Bassit, e está sendo encaminhado um requerimento de informação, que foi votado hoje na Comissão, sobre a questão dos processos licitatórios. Estamos pedindo-lhes compreensão para que possamos encaminhá-lo conjuntamente, já que o requerimento vai individualmente, e os senhores vão recebê-lo, com toda a certeza, por intermédio do Ministério, que está aqui representado pelo assessor do Ministro. Se os senhores pudessem prestar essas informações por intermédio de um setor só, eu acho que o local mais apropriado é a Coordenadoria, no Rio, talvez, para fazer esse encaminhamento. Mas os senhores vão receber individualmente; só peço que as informações não venham individualmente, já que temos prazo regimental.

Agora, vou passar a palavra ao último inscrito, o Deputado Carlos Willian.

Na sequência, nós vamos às respostas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, o que eu pude acompanhar nas matérias de jornais — e, como bem comentou V.Exa., os jornais publicaram que o Dr. Marco Antônio de Mattos não estaria presente, e ele está presente; a gente não pode também acreditar em tudo que a imprensa divulga — é o seguinte: *“Operações só no papel desviam milhões”*; *“Fraude: médicos faziam cirurgias fantasmas em hospital público”*. Aqui, em um dos jornais, lemos: *“A operação da fraude”*. Aí vem a lista: Jorge Figueiredo, que é o dono da empresa;

[p-5190627] Comentário: Sessão:0498/
Quarto:32 Taq.:Núbia Rev.:



Antônio Henrique Brasil, que é representante comercial; Fernanda Bragança Simões da Silva, que é a gerente; do Hospital Salgado Filho, a chefe de neurocirurgia; e descreve-se tudo isso que é o objetivo desta nossa reunião.

Pois bem, com a presença aqui da Dra. Márcia Bassit, e com a presença também dos responsáveis pelos hospitais, pela administração dos hospitais, o que pude entender, e ficou claro, e com esses requerimentos de informações nós vamos comprovar isso ou não, é que se existe algum desvio, se existe uma má administração, se existe algum conluio, não é do setor de compras, nem da fiscalização, nem da direção desses hospitais. O que está acontecendo é que algum médico mal intencionado solicita a compra desse equipamento, e é prontamente atendido pelos gestores dos hospitais; e se não for atendido a imprensa critica, e muito, e nós Deputados também vamos criticar, e muito, se por acaso morrer algum paciente por não haver esses produtos à altura, na hora da cirurgia, de pronto e na hora.

Portanto, pelas explicações que foram claramente aqui prestadas, eu acho que o caso já está sendo discutido pela Polícia, que inclusive já identificou o médico que solicitou, a empresa que forneceu, e entendo, na minha intervenção final, já finalizando, que na verdade ficou demonstrado, em acreditando nas palavras que foram ditas aqui, que em termos de direção do Ministério da Saúde e de direção desses hospitais que são ligados ao Ministério da Saúde não houve nenhuma fraude, nem intenção de fraude, a não ser o que ocorreu lá embaixo, que às vezes foge da responsabilidade desses gestores. Eles não vão acompanhar quantos curativos fez cada médico desses, quantas cirurgias, e de que forma foi a cirurgia, a não ser quando há alguma denúncia, ou quando a imprensa publica, como foi dito aqui. E o Ministério também já tomou as medidas necessárias para verificar, para identificar os responsáveis por esses atos.

Inclusive fui a favor do Requerimento nº 338/10, do Deputado Leandro Sampaio, que convoca a esta Comissão o Ministro José Gomes Temporão, a Secretária Márcia Bassit e outras pessoas de hospitais, e que foi aprovado, e agora até já defendo o contrário. Faço um apelo no sentido de que, na nossa próxima reunião, façamos um requerimento de inversão, para tornar esse requerimento de convocação do Ministro, da Secretaria e das outras pessoas sem efeito, porque a



convocação era exatamente para justificar esses fatos, haja vista a presença da Sra. Márcia Bassit nesta Comissão.

Eu acho que foi válida esta audiência pública. É o meu entender, é o que eu estou observando, caros colegas Deputados. Realmente, o meu ponto de vista é esse que eu expressei.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Permite-me, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não. Com a palavra o Sr. Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu então proporia, em conjunto, que nós encaminhássemos na primeira sessão desta Comissão a reversão da convocação do Ministro da Saúde, que foi convocado antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Bem, eu, diante da...

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não, Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, até porque agora temos convidados novos, eu queria fazer 2 perguntinhas, uma para a diretora, a Dra. Sandra, e outra para o Dr. Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não, mas permita-me só 1 minutinho, Deputado Deley, só para esclarecer essa questão do requerimento de autoria do Deputado Leandro Sampaio, porque ele esclareceu bem, ontem, na hora em que protocolou o requerimento na Comissão, que tudo, Dra. Márcia, para que fique claro, era porque, na realidade, o que foi passado para a Comissão, em telefonemas que foram dados à Secretaria Executiva, era que a senhora não viria. E aí, consequentemente, a Comissão aprovou hoje, na parte da manhã, a convocação do Ministro da Saúde José Gomes Temporão. Mas não é que ele tenha de vir aqui, ouviu? Conforme o Deputado disse, lá na sala, eu acho que não é necessário.

Conte com o meu apoio para subscrever também o requerimento de V.Exas.; consequentemente, eu tenho a certeza de que também o Deputado Leandro Sampaio, que é o autor do requerimento. E então, na próxima semana vamos tomar as providências necessárias, é lógico, antes respeitando o autor do requerimento, que é o Deputado Leandro Sampaio, para quem vou passar a palavra. Posteriormente, vou conceder a palavra ao Deputado Deley.

[P28] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:33 Taq.:Raquel Ferreira Rev.:



Mas deixemos isso, então, para depois.

Vou passar a palavra ao Deputado Deley, para complementar uma pergunta.

O SR. DEPUTADO DELEY - Está bem.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Deley, só 1 segundo. Eu acho que nós deveríamos deixar essa questão para o próximo encontro, até porque outros Deputados que estavam presentes naquele momento fizeram algumas considerações aqui, e, em respeito a eles, vamos conversar sobre o requerimento no próximo encontro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Perfeito, está certo, na próxima reunião.

Com a palavra o nobre Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, até porque são novos convidados, eu queria só saber 2 coisas, uma do Dr. Geraldo: lá no hospital do senhor usa-se muita prótese de joelho? Faz-se muita cirurgia de prótese? Sim, não é? Eu queria saber isso do senhor, porque sempre me disseram... quer dizer, lá em Volta Redonda, por exemplo, nós também temos essa resistência dos médicos, que não querem fazer uso da prótese nacional. Eu não sei se lá no hospital do senhor é utilizada uma prótese importada, e como ela é comprada, se é por meio de pregão, ou se já há uma firma que fornece. Então, essa seria a pergunta. E por que não se utiliza a prótese nacional?

Para a Dra. Sandra, que disse que já fez algumas compras com essa empresa, a pergunta que eu faria é: a senhora teve a curiosidade de ir ao mercado e ver nos outros hospitais, da rede pública e privada, qual é o preço que se está pagando por esse microgrampo?

Então, seriam as 2 perguntas.

E para encerrar definitivamente a minha participação, Sr. Presidente, até quero fazer um apelo. A gente sabe o quanto estão sobrecarregados os hospitais do Rio de Janeiro. Está ali a Vereadora Lenice, de Miguel Pereira; quantas vezes ela me liga, Presidente, às 11h, à meia noite, porque o Hospital de Volta Redonda é um dos únicos hospitais, inclusive lá da sua própria região, e muitas vezes nós temos de atender casos neurológicos, casos ortopédicos. Então, Dra. Márcia, este é o apelo que eu faço: estamos há vários anos tentando cadastrar os setores neurológico e



ortopédico lá da cidade de Volta Redonda; eu queria que a senhora olhasse isso com carinho. Inclusive nós colocamos, até com a ajuda aqui, também, do Deputado Alexandre, no Orçamento R\$ 21 milhões para que possamos construir o Hospital Regional e, obviamente, descarregar os hospitais da Capital.

Mas essas seriam as 2 perguntas que eu faria. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Vou passar a palavra, então...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - ...eu disse que gostaria de dar uma olhada no material, já dei, e estou plenamente satisfeita. Está tudo aqui muito bem colocado, em relação a quantitativo, em relação a paciente, em relação a procedimento, em relação a patologia. Não há mais nenhuma pergunta.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Sr. Presidente, só mais 1 pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não, Deputado Leandro Sampaio.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Deley, porque na minha região — a Vereadora Lenice é de Paty do Alferes, cidade vizinha a Petrópolis —, as pessoas estão utilizando-se do Hospital de Volta Redonda. É bom saber disso, porque os petropolitanos precisam mesmo sair da cidade para se utilizar de outras unidades, porque infelizmente a saúde é um caos na minha região. Já foi referência, não é? E num passado não muito distante. Mas ele deu uma boa informação.

Outra questão, só para esclarecer: o requerimento de convocação do Ministro foi em função da informação que me foi passada pela Comissão de Fiscalização de que a Dra. Márcia Bassit não compareceria. Não foi por outro motivo. E nós ficamos realmente muito tranquilos no momento em que a Dra. Márcia Bassit chegou à reunião, e, é lógico, não tem mais sentido essa convocação.

E com relação à Dra. Sandra, o fato de se comprar num pregão não quer dizer que não existe o esquema. Compra-se no pregão, mas não se está

[p29] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:34 Taq.:Silvia Rev.:



entregando, a empresa não entrega o... Na verdade, ela deve estar vendendo esse material para os hospitais particulares, para outras unidades.

O grande problema aqui é o esquema que foi montado entre médicos e administradores, quer dizer, e os fornecedores da empresa Extencion. E eu só queria lembrar aqui, Deputado Nelson Bornier, que essa Extencion não trabalha sozinha, não; ela trabalha com outras 2 empresas — 2 empresas! —, no mesmo esquema, com o Sr. Antonio Henrique Brazil de Bria, a Sra. Fernanda, Jorge Figueiredo. Eles atuam com uma outra empresa também, que é a Weck Medical, e com a Ortoneuro. Então, é importante saber se às vezes não venderam pela Extencion, mas forneceram por intermédio dessas empresas. É um esquema mafioso.

Comprar pelo pregão não quer dizer que está tudo bem, porque se se comprou mas a empresa não entregou, e ainda repassou para o chefe da neurocirurgia, ou para o médico, uma comissão por aquilo que se pagou, esse é o grande... aliás, não é nem esse o grande motivo; o maior problema disso tudo, eu já disse agora há pouco, é saber se esses pacientes receberam os equipamentos, essa mola espiral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu vou encerrar a fase de perguntas e vou passar a palavra aqui à Sra. Sandra, do Hospital de Bonsucesso, para responder ao Deputado Deley, e depois vou passar a palavra ao Dr. Oscar Berro e à Dra. Márcia Bassit, e fica encerrada esta rodada, de uma vez por todas.

Tem a palavra a Dra. Sandra, para a resposta ao Deputado Deley.

A SRA. SANDRA DA SILVA AZEVEDO - Primeiro, o Deputado Deley perguntou se por acaso foi feita uma pesquisa nas outras unidades, se tinham o mesmo procedimento. Na verdade, entre as modalidades de aquisição de equipamentos, a mais indicada nesses casos, para aquisição de equipamentos dentro das unidades, é por meio de pregão eletrônico. Essa é a modalidade que é permitida, que é legal, dentro das instituições públicas federais do Rio de Janeiro.

Nós fizemos o pregão e nesse caso, nesse item houve um deserto. Não compareceram, ninguém ofereceu preço. E o único que tivemos, em Registro de Preço, que é um registro oficial, foi quando pedimos, então, adesão ao Hospital Central do Exército, e isso também é permitido pela lei. Então, na verdade, só havia



esse Registro de Preço. Nós não podemos comprar porque é mais barato na esquina, por causa da transparência na aquisição de insumos, medicamentos e materiais dentro das unidades. Tudo isso tem um Registro de Preço que é acessível a qualquer cidadão brasileiro.

Com relação a fazer pregão, isso não é problema. Se não entregou, aí seria problema, Deputado. Se não entregou e eu paguei, a minha unidade pagou, é um problemaço, porque tudo que a gente paga é porque foi entregue. Na verdade, nós temos 29 pacientes que se utilizaram desse benefício, dessa tecnologia da medicina, e todos os 29 prontuários foram revisados por mim a partir do momento em que houve a denúncia. Em todos eles há um conjunto de decisões que são feitas pela neurocirurgia — porque o paciente é da neurocirurgia —, e a indicação é a melhor para o paciente. Essa modalidade é um avanço da medicina, e eles foram beneficiados.

Na verdade, durante esse período, eu também fiz o levantamento de quantas cirurgias foram feitas por causa da mesma patologia. Na minha unidade foram feitas 115 cirurgias por via aberta. E, além das 115, 29 pacientes puderam ser beneficiados por essa tecnologia. E com certeza o paciente tem o prognóstico, e é muito mais beneficiado quando pode utilizar isso. E não nós fazemos assim: esse pode, o outro não. É uma decisão técnica, é a lesão que o paciente tem que permite ou não utilizar essa tecnologia. E quando permite, isso é um benefício para o doente.

Agora, quando se faz pregão e a firma não entrega, isso é um problema. Não nas nossas unidades, porque nós só pagamos quando há a entrega.

Acho que respondi à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Dra. Sandra, o que eu queria saber é, por exemplo, se a senhora teve a curiosidade de saber o que um hospital da rede privada paga e o que nós estaríamos pagando na rede pública.

A SRA. SANDRA DA SILVA AZEVEDO - Eu vou confessar ao senhor que essa curiosidade só me passou agora, quando aconteceu tudo isso. O número de materiais que **nós** usamos nas unidades é infinito, é uma coisa grandiosa. E quando

[p30] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:35 Taq.:Patrícia Maciel Rev.:



o médico solicita alguma tecnologia mais nova, ou que... Essa já era usada na minha unidade desde 2006; isso daí, sabe-se, há um consenso de terapêuticos de que é o melhor para o doente. Desde 2006 é utilizado. Fizemos 8 procedimentos em 2006, foram 9 em 2007, em 2009 nós fizemos 8 e este ano já fizemos 2. Então, nós fizemos 29 procedimentos até agora.

Eu assumi a direção em julho de 2007. E o Ministério da Saúde acha, todos nós aqui, os senhores que foram eleitos, que o que for melhor para a população será oferecido, e isso é o melhor para a população. E quando nós fazemos a pesquisa, fazemos nos meios públicos. Então, quando há necessidade daquele equipamento, daquele material, nós do serviço público temos de fazer a pesquisa nos meios públicos. Existe esta curiosidade pessoal, nossa: por quanto é que se vende na Rede D'Or, na Rede Samaritano, no Sírio-Libanês? Existe essa curiosidade nossa, não é? Mas nem sempre aquele que vende para essas unidades pode vender para o serviço público, porque a Lei nº 8.666/93 impõe vários requisitos a uma firma para vender para o serviço público, vários documentos que têm de estar completamente regularizados, porque senão ela não consegue vender para o serviço público. Isso inclui regularidade fiscal, entre outras coisas.

Então, nem sempre quem vende para o Sírio-Libanês, para os Samaritanos, para a Rede D'Or e todos os hospitais de ponta do Brasil pode vender para o serviço público.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Dra. Sandra, desculpe-me apartear, o que é até contra o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Só para ficar registrado, com a palavra a Sra. Deputada Solange Almeida.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - ...mas só quero lembrar também que muitas vezes eles nem querem vender para o serviço público.

A SRA. SANDRA DA SILVA AZEVEDO - Há isso também, não é? Porque quando nós convidamos, quando divulgamos que queremos fazer a aquisição, eles simplesmente não comparecem. Eles não comparecem. É o que nós chamamos de deserto. Foi uma oferta deserta.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Essa empresa compareceu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Leandro Sampaio.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Presidente, é só porque a Dra. Sandra não estava presente em que eu fiz a pergunta aqui à Dra. Márcia, e eu gostaria de estendê-la ao Dr. Oscar Berro: a denúncia do jornal fala em operações que foram feitas no papel. Eu não tenho dúvidas de que lá no Hospital Salgado Filho, no prontuário, se for revisado, vai aparecer que a cirurgia foi feita, é lógico. O chefe que foi preso, da neurocirurgia, disse que fez, que foi feito aquele procedimento. O que eu tenho interesse de saber é se essas pessoas, os pacientes... A minha preocupação, mais do que com recursos — também temos de ter essa preocupação —, é com a questão dos pacientes.

Eu quero saber se esses pacientes, Dr. Oscar Berro, Dra. Sandra, foram contactados, porque aqui se está mostrando um paciente que voltou ao hospital, e tudo surgiu por conta desse paciente, que fez uma ressonância no cérebro, e nela não aparecem essas molas espirais de platina. Aqui está a foto. Então, essa é a preocupação, a minha preocupação; e não é somente com o Hospital Geral de Bonsucesso, é com toda a rede pública, com todos os hospitais que trabalharam assim, porque isso pode ser uma grande armação, um grande esquema que está em vários hospitais. Deve ser uma prática fácil, simples, que dá um resultado para o pessoal da cirurgia, para o corpo cirúrgico, excepcional, porque falam aqui em 25%, 30%.

Com relação à compra, a gente sabe, Dra. Sandra, a senhora é uma figura que tem o melhor conceito, assim como o Hospital de Bonsucesso, onde eu tenho muitos amigos que trabalham e que tanto socorrem a minha região serrana. Nós temos orgulho, sinceramente, desses hospitais do Rio de Janeiro, dos seus dirigentes, do seu corpo técnico. O que me preocupa são essas armações que acontecem nos hospitais, no Hospital Salgado Filho, e essa foi detectada. E nós precisamos saber, Deputado Nelson Bornier, com relação aos hospitais das Forças Armadas, porque foram os que mais compraram dessa empresa Extencion nos últimos anos.



Então, a minha preocupação é: foram contactados os pacientes? Os pacientes já foram ouvidos? Foram entrevistados? Temos de correr com isso, porque estamos falando de vidas. Essa é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Bem, encerradas as perguntas, eu vou então...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, minha intervenção deu-se principalmente num outro momento, mas eu queria complementá-la aqui, já que nós tivemos a exposição muito bem feita de Oscar Berro, que responde pela coordenação dos hospitais. Eu acho que temos de dar uma atenção especial aos nossos institutos, que são institutos de referência, mas que estão ficando fora de uma normalidade de gestão, e também de demonstrações que precisávamos ter.

[p31] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:36 Taq.:Margarida Rev.:

Então, eu quero agradecer aos diretores aqui, e também queria saber por que o diretor do INCA não veio, enviou aqui seu representante, para que fique também gravado nas nossas notas, porque nós estamos, em conjunto com esta Comissão, agregando também uma PFC, que dá início, com as investigações que estão vindo de todas as unidades federais, para, se for o encaminhamento necessário, preparamos então um processo de fiscalização e controle das unidades federais.

Eu queria saber de cada um deles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Permita-me, Deputado Alexandre Santos, fazer um esclarecimento aos diretores que chegaram. Realmente, esqueci de esclarecer: existem em tramitação na Comissão 2 Propostas de Fiscalização e Controle, PFCs de autoria dos Deputados Eduardo Valverde, do PT de Rondônia, e do Deputado Otávio Leite, e está designado o Deputado Alexandre Santos para relatá-las. Eis a razão dos pedidos de informação. Eu já havia dito — os senhores não estavam aqui e não ouviram — que o Deputado depende, para poder relatar, justamente desse processo licitatório.

Continua com a palavra o Deputado Alexandre Santos.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu já tenho alguns levantamentos, o TCU já me deu, o Ministério Público também, até dos processos de denúncia que estão em andamento, e tudo mais, de cada unidade, mas eu queria aqui ao menos saber o valor do orçamento deles, de 2010, o quanto foi executado, se possível, se tiverem essa dado aí, em 2009, de cada unidade, do INCA, do INC e do INTO. Eu gostaria que eles pudessem, em breve momento, dizer quanto foi orçamentado, quanto foi aprovado e o liquidado de cada uma dessas unidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - E para encerrarmos as perguntas e passarmos a palavra ao Dr. Oscar Berro e Dra. Márcia Bassit, vamos ouvir o Deputado Carlos Willian, e então vamos ouvir os diretores dos hospitais e depois os outros palestrantes.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, não tenho nenhum questionamento, não. Só quero solicitar ao Dr. Oscar Berro que depois deixe à disposição da Comissão aquele material...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Já está aí? Com vídeo, tudo bonitinho? Está certo.

E, Sr. Presidente, quero saber de V.Exa. também o seguinte: o Sr. José Jorge Figueiredo de Moraes, Presidente da empresa Extencion, não compareceu; apresentou alguma justificativa do seu não comparecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Carlos Willian, ele envou, sim, um ofício à Secretaria da Comissão, e depois eu vou passar-lhe as informações. Peço à Secretaria da Mesa que me dê cópia do ofício, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Quero só saber o motivo por que ele não compareceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Está certo. Vou passar então...

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Isso é muito grave, Sr. Presidente. Ele foi convocado, foi convidado e não compareceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Eu só queria dizer o seguinte: nós ligamos agora, a assessoria do PPS ligou agora para a empresa Extencion, e ela



está funcionando normalmente. Quer dizer, se o Ministério não acioná-la, não tirar essa página em que dá o certificado de boas práticas de armazenamento e distribuição de produtos para essa empresa, se a ANVISA não tomar alguma providência, neste momento eles podem estar comercializando com outros hospitais, públicos ou privados, enfim, causando um dano para a saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu vou propor isso, Deputado Leandro e Deputado Carlos Willian.

Eu recebi aqui, e ia deixar isto para a próxima reunião da Comissão:

"Rio de Janeiro, 5 de maio de 2010.

Aos cuidados do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Referente ao convite para audiência pública a realizar-se na data de hoje, às 10h30.

Venho através desta declarar a V.Exa. a minha impossibilidade de comparecer à audiência pública em referência, [devido ao balanço que venho realizando em minha empresa, com uma equipe técnica especializada, com a finalidade de eliminar quaisquer dúvidas quanto à nossa conduta ética e administrativa.

De outra forma, declaro minha total intenção de colaborar com essa digna Comissão, seja em Brasília ou no Rio de Janeiro, o que traria uma maior disponibilidade da minha participação, dentro de uma nova data a ser marcada."

Eu vou propor à Comissão — e fica a critério dos senhores, principalmente dos autores do requerimento, Deputado Leandro Sampaio e Deputado Alexandre Santos — que nós façamos especificamente uma PFC em cima dessa empresa e das outras 2 que o senhor citou. Que isso seja encaminhado nesta Comissão, para nós votarmos, na semana que vem, uma PFC específica, até indicando realmente ao próprio Ministério que descredencie de uma vez por todas uma empresa dessa, para sair do mercado, ou melhor, não fornecer, até porque é uma denúncia grave. Foi preso o dono da empresa, foi preso o médico, foram presos alguns dirigentes da empresa, alguns não sei se sócios ou funcionários. Eu acho que isso é um

[p32] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:37 Taq.:Cristiane Regina Rev.:



desrespeito, na realidade. Então, nós temos como responder isso, realmente, mas vamos deixar para a próxima reunião e dar continuidade a esta reunião.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não, Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu acho que são muito evasivas essas respostas aí, principalmente se uma empresa como essa, que era aparentemente idônea, depois de descoberta ainda tenta, como foi divulgado na imprensa, julgar todo um Governo, toda a administração de um Ministério que faz um serviço, um trabalho competente, como é o Ministério da Saúde, como é o trabalho do Ministro, tenta colocar todo o mundo na vala e nivelar por baixo.

Então, eu vou fazer um requerimento já, de imediato — só 1 minutinho, Sr. Presidente —, solicitando a atuação da Receita Federal, antes que eles arranjam os documentos, porque esse cidadão diz aí que estaria fazendo um arranjo fiscal, para que a Receita Federal faça uma auditoria nas contas dele imediatamente. E vou sugerir também à Polícia Federal que proíba a saída dele do território nacional, antes que ele saia daqui com os documentos, com esse dinheiro, e faça essa lavagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Está certo, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, sabe o que estava pensando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não, Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Desde a época em que eu jogava futebol eu tenho o apelido de "Cabeção". Fico imaginando: se eu cair na mão desse rapaz, desse médico, eles vão botar uns 40 gramos na minha cabeça! (Risos.)

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nessa cabem mais de mil.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - O problema não é colocar, Deley; o problema aqui é que eles não colocaram. O problema é que eles não colocaram!

Mas eu acho que o que pode ser feito de imediato, se o Ministério ainda não fez, é suspender essa página aqui que dá atestado de boas práticas a essa empresa, e comunicar, fazer um contato com a ANVISA, que também dá o certificado de boas práticas e tal. É lógico, se a empresa está funcionando, neste momento eles devem estar negociando com outros hospitais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Bem, encerrado então o ciclo de perguntas, eu vou passar a palavra para as respostas.

Vou começar aqui pela Sra. Sandra, do Hospital...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Parece que houve alguma pergunta depois. Não? Já respondeu, não é?

O SR. DEPUTADO DELEY - Presidente, acho que a Dra. Márcia e o Dr. Oscar Berro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - A Dra. Márcia vai ficar por último.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, por favor, comande aí, presida a sessão, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Vou passar a palavra então ao Sr. Geraldo da Rocha Motta Filho, Diretor do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, até esclarecendo também a razão... Ah, não, é o outro que o substitui, é André.

Pois não, doutor.

O SR. GERALDO DA ROCHA MOTTA FILHO - Em relação à pergunta que foi feita pelo Deputado, nós do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia somos responsáveis por 5% de todas as cirurgias de alta complexidade do País. No nosso Estado nós fazemos em torno de 70%... A alta complexidade inclui a operação que o senhor citou, que é uma substituição da articulação do joelho, e no Estado do Rio de Janeiro nós fazemos em torno de 70%. Nos dias de hoje nós temos 21 mil doentes na fila, 21 mil doentes, e nós operamos, nos últimos 3 anos, uma média de 6.500 doentes. E essa é a maior unidade de ortopedia de todo o País. Nós temos consciência dessa responsabilidade, e nós caminhamos, como deve ser do conhecimento do senhor, para nos mudarmos, num futuro bastante próximo, quando deveremos aumentar essa capacidade pelo menos umas 3 vezes, para que enfim possamos sanar toda essa dificuldade.

Acho que os senhores aqui sabem, eu tenho até contato com alguns dos senhores, muitas vezes até para tentar solucionar problemas que são gravíssimos,



os senhores sabem que nós tratamos de doentes muito graves, e nós temos o único banco de tecido músculo-esquelético para transplante público no Brasil; quer dizer, existem alguns em hospitais em São Paulo, e um em Curitiba, mas esse é o único banco público, quer dizer, todos os doentes que tenham de fazer um transplante têm de nos procurar. Hoje em dia temos o único laboratório de terapia celular — com palavras simples mais uma vez, o que se chama de célula-tronco — para aplicação na especialidade. Temos uma prática muito sofisticada. Então essa é a nossa prática, de uma maneira resumida.

Quanto à outra pergunta que V.Exa. fez, acerca de implantes ortopédicos importados, essa é uma polêmica que sempre surge, mas posso lhe responder de uma maneira simples. Do ponto de vista científico, não existe nenhuma evidência de que os implantes para o joelho, respondendo especificamente, tenham nenhuma comprovação nem científica, quer dizer, na aplicação clínica, usar em doentes, nem em laboratórios de teste de resistência de materiais que demonstrem que os implantes fabricados no nosso País tenham durabilidade ou desempenho igual aos importados. Além disso, existem alguns produtos específicos — esse é um tema bem complexo — que não são nem fabricados aqui, que são utilizados na nossa prática devido a toda essa complexidade que lhe apresentei. Então, em resposta objetiva, os implantes adquiridos no INTO são importados e são adquiridos respeitando todas as leis que regem a aquisição; são feitos pregões eletrônicos.

Como nós temos todo esse desempenho, todos esses números, temos um compromisso científico, produzimos muita difusão do conhecimento específico da atualização médica, temos um controle bastante severo a cerca da utilização, e o maior controle é operar 6.500 doentes num ano. Então, eu acredito que não passamos por nenhum desses problemas que, infelizmente, eventualmente, ocorrem na prática médica desses hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Temos mais alguém? O André tem pergunta?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, orçamento, por favor.

O SR. ANDRÉ TADEU - Sr. Presidente, só com relação desculpe, a ausência do Dr. Santini...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Por favor, continuando ainda com o Dr. Geraldo, para que possa informar sobre a questão do orçamento ao Deputado Alexandre Santos.

O SR. GERALDO ROCHA MOTTA FILHO - O orçamento do INTO é de em torno de 100 milhões, Deputado, o orçamento anual. E a execução é bastante próxima de 98%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Passamos a palavra então agora ao Sr. André Tadeu, Coordenador do INCA.

O SR. ANDRÉ TADEU - Em primeiro lugar, com relação à ausência do Dr. Santini, a informação que recebi é de que o INCA não poderia deixar de comparecer a esta audiência e, por um fato superveniente, ele não poderia participar. Então, me pediu que comparecesse.

Com relação ao orçamento, o INCA tem 5 unidades hospitalares no Rio de Janeiro, um centro de pesquisa e uma coordenação de ensino, onde temos mil alunos por ano entre pós-graduação, mestrado e doutorado. Só fiquei com uma dúvida com relação ao orçamento se é de custeio, de investimento ou global. Com relação ao investimento, 232 milhões aproximadamente, investimento 8 milhões mais 2,5 milhões com relação aos programas nacionais com a implantação dos CACONs, os Centros de Alta Complexidade Oncológica no Brasil — foram 2 no ano passado — e a execução foi de 99,8% do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Satisfeito, Deputado Alexandre Santos?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, só para o Dr. Geraldo, o orçamento de 2009 gasto deu 201 milhões no Trauma e Ortopedia; só seu orçamento gasto, fora obras que não se encontram aqui. Então, vou até lhe passar, porque isso veio do Ministério da Saúde, até mesmo para o senhor se ater, porque, às vezes, o total, o senhor não se apegue a isso.

[p33] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:39 Taq.:Cristiane Regina Rev.:

O SR. GERALDO ROCHA MOTTA FILHO - Estou dando orçamento ao V.Exa., na verdade, iria fazer uma ressalva, o orçamento que lhe disse é o orçamento de custeio da unidade hospitalar. Nós, nos últimos tempos, temos recebido um orçamento de investimento, porque são equipamentos que estão sendo adquiridos para nova sede, e já foi adquirida uma série de equipamentos.



Nós, como o INCA, temos um projeto no País em que estamos em 26 Secretarias Estaduais e Municipais e já operamos mais de 1.500 doentes em lugares mais ermos deste País, onde não só tratamos doentes como temos a possibilidade de levar conhecimento e atualização a médicos que, muitas vezes, estão em locais extremamente remotos. Há Estados neste País que possuem apenas 6 ortopedistas.

Na verdade, existe esse orçamento, que é desse projeto, o orçamento de investimento. O orçamento de custeio do INTO é de 100 milhões, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS -O.k. Até passaria para o senhor...

O SR. GERALDO ROCHA MOTTA FILHO - Com certeza, teria o maior prazer em receber o documento de V.Exa..

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Não, isso é do próprio Ministério, são documentos oficiais.

Sr. Presidente, só para dizer que tanto o INCA quanto o INTO e o INC gastam cerca de 700 milhões/ano. Então, teremos até que buscar uma gestão para que se demonstre esses serviços, que são de excelência, são serviços que todos nós sabemos da necessidade, sabemos hoje qual é a fila que temos de atender, mas que também têm um valor que não podemos deixar de olhar, o montante de cada instituto. Às vezes, estamos na gestão e dizemos: gaste 100; não, gaste 200. Mas será que estamos realmente fazendo uma gestão que atenda à demanda e o custo?

É mais ou menos isso, porque vamos aprofundar muito nas gestões dos senhores. Vamos ter outras reuniões, até mesmo para compartilhar junto com o Ministério, com o Tribunal de Contas, que já me deu vários relatórios, e também para que possamos fazer um encaixe melhor, a fim de que os senhores desenvolvam as suas atividades e tenham o suporte necessário para fazer o atendimento dessa fila, para que essa fila possa acabar e não haja mais esses aflitos na porta dos senhores.

Sabemos como é ter câncer e não ser atendido; como ter uma perna que tem necessidade de uma operação e está faltando algo. Mas quando vejo que eles colocaram esses valores, esses montantes, acho que temos todos de sentar numa



mesa e ver as direções que temos de nos alinhar para obter melhores procedimentos e melhor benefício-custo para a área da saúde do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Encerrado agora o ciclo de perguntas, vou passar agora a palavra aos Sr. Oscar Berro para que possa responder. Acredito que ele tenha anotado todas as perguntas. Posteriormente, passaremos à Dra. Márcia Bassit.

Com a palavra o Dr. Oscar Berro.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Não vou responder na ordem, porque confesso que o volume de perguntas foi grande. Vou tentar sistematizar, começando pela pergunta específica do Deputado Deley.

Sim, temos, até por exercício, obrigação. Minha área é de doenças infecto-contagiosas e a área de microbiologia. Principalmente de onde venho, da FIOCRUZ, a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar é quase uma obstinação nossa, de todos os diretores, porque é uma obrigação. Para que o hospital possa existir, tem de existir uma comissão de controle de infecção hospitalar. O permitido, quer dizer, o máximo permitido numa unidade que possa ser entendida pela ANVISA como uma unidade de padrão aceitável, é 5% de taxa de infecção hospitalar ou índice de infecção hospitalar em tudo.

Quer dizer, pode-se entender por uma infecção hospitalar uma toxinfecção, quando alguém come uma comida mal guardada; quando um grupo de pacientes ou de profissionais, fazendo uso dessa comida, tem um efeito adverso. Isso é computado como infecção hospitalar para que se faça uma intervenção e não tenha esse evento num momento seguinte.

Nossos índices estão abaixo de 3%. É o ideal? Não. Existem algumas coisas assim, estamos sempre à procura da felicidade; nos hospitais estamos sempre a procura da baixa do índice de infecção hospitalar. Existe uma disputa interna, salutar, de quem tem o melhor índice na ortopedia, principalmente nos hospitais que têm índice alto de procedimentos cirúrgicos, para evitar a osteomielite.

Para que V.Exas. tenham uma ideia, o hospital do Dr. João Marcelo, que é o Hospital Federal do Andaraí, tem uma lógica para receber paciente queimado. É o hospital que tem mais pacientes queimados no Rio de Janeiro. O paciente que está queimado e fica mais de um dia e meio fora do hospital não entra, porque ele já

[p34] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:40 Taq.:Cristiane Regina Rev.:



entra colonizado; ele já tem, por causa da queimadura, algumas contaminações, entenda-se isso de maneira didática, e entrar é contaminar os outros 20 pacientes que já estão lá dentro. Então, há protocolos em que se tem isso resolvido.

Estou respondendo à questão da infecção hospitalar.

Os índices de hospitais que têm urgência e emergência, que fazem procedimento eletivos, onde se pode decidir dia e hora, essas unidades que fazem urgência e emergência têm um índice maior. Nunca, na nossa rede, é superior a 3%. Temos mais 2 de sobra. Nossa briga é para que chegemos a zero.

É muito difícil, porque temos vários atores nisso. Temos o funcionário, o ambiente, o paciente. Diz-se para o paciente que não pode fazer uma coisa, a família leva o produto que não pode levar. A nossa grande briga é na entrada, na revista, porque se quer levar comida, remédio, cigarro. Então essa é a nossa grande briga nos seios dos hospitais, não diferente do INTO, do INCA, do INC, porque a nossa lógica é a mesma. Essa é quase que uma compulsão.

Para nós, diretores, esse é um índice negativo. Há unidade em que temos 0,8%, 0,9%, mas não são unidades que trabalham com urgência e emergência.

O SR. DEPUTADO DELEY - Desculpe interromper, para corroborar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra, Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - V.Sa. está falando só do controle da rede pública, nesse caso.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Estou falando da rede pública.

O SR. DEPUTADO DELEY - Porque é outro órgão que cuida da rede privada.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Não, não. É diferente. Estou falando dos sistemas que nós mesmos temos. A ANIVSA... É fundamental que possamos responder, porque foi uma demanda do Deputado Leandro Sampaio e acredito também do Deputado Alexandre Santos, um ou outro.

A questão é a seguinte. A ANVISA é um órgão regulador e chancelador; é uma agência ligada ao Ministério da Saúde, mas não pode, no desenho do que foi pedido tanto pelo Deputado Leandro como pelo Deputado Alexandre, tirar um certificado, a não ser que fosse evento sanitário. Quando alguém pede boas normas ou boas práticas, se quiséssemos montar uma empresa para vender prótese,



teríamos de ter todo um conjunto de elementos e só no não atender a esses procedimentos que esses certificados de boas práticas podem ser retirados, porque isso é uma normativa.

Queria fazer uma proposta. Nossa grande problema em prótese, e isso vai um pouco no que foi dito ao senhor na pergunta ao Dr. Geraldo, são os valores dos impostos. Uma prótese lá fora para chegar a mil reais é uma prótese muito boa. Estou dizendo as próteses de uso regular nos hospitais convencionais, não estou falando dos 3 institutos. Se nós tivéssemos uma visão, e essa visão poderia e deveria ser feita pelos legisladores, de trabalhar a questão da diminuição dessas alíquotas, se temos de salvar o povo, e temos, é o nosso papel fundamental, é bom que o que serve para fazer esse procedimento tenha alíquota reduzida.

O Ministério da Saúde, a Dra. Márcia, o Dr. Beltrame e o Dr. Temporão, nos perguntaram o que vamos fazer diante deste evento, porque nenhum de nós imaginava. A fala do Deputado Alexandre, do Deputado Bornier e do Deputado Leandro andam nesse caminho. Não podíamos imaginar que havia alguém dentro de uma rede, que respeita a lei, que faz todo o procedimento, mas que lá em baixo força a prática para colocar mais ou não colocar mola. Acho que isso não deveria ser tratado nem neste âmbito, tinha de ser tratado no âmbito da polícia, prender. Um indivíduo desse é um assassino.

Se V.Exa. falou isso numa brincadeira, para tentar diminuir a tensão de um caso desse, mas isso é verdade, imagine V.Exa. um jogador de futebol que tem um problema qualquer e não é atendido? Se depois isso evolui e se tem uma paralisia, uma disfunção? Como fica isso?

Trabalhamos numas questões que são muito complicadas, trabalhamos no limite da vida e da qualidade. Isso é extremamente complicado.

Então, voltando à questão da comissão de controle de infecção hospitalar, qualquer hospital ou clínica é obrigada a ter. Se ela faz intervenção em pessoas — senão seriam clínicas veterinárias — obrigatoriamente tem que ter uma comissão de controle de infecção hospitalar com um responsável, que tem que ter nível superior. O problema é que eles efetivamente cumpram esse determinante. Aí, é da Vigilância Sanitária, não é do Ministério da Saúde. Se for de unidade de média e alta complexidade, é do Estado; se for de baixa complexidade, é do município; e se

[P35] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:41 Taq.:Leandro Rev.:



forem empresas e grandes unidades, é do Governo Federal, da ANVISA. Então, não é o Ministério da Saúde.

Se quero abrir uma empresa, peço ao Ministério da Saúde, que vai me dizer: o senhor cumpre essa gincana, tenha todo mundo relacionado, e aí o senhor passa a ter uma coisa — não preciso nem dizer, o senhor é professor disso — chamada CNES, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Todos os estabelecimentos que estejam no CNES têm que ter comissão de controle de infecção hospitalar. A qualidade é vista ou pelo Estado, pela Vigilância Sanitária estadual, ou pelo município, pelas vigilâncias sanitárias municipais no que diz respeito a estabelecimentos de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Tem a palavra o Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Realmente é um assunto importantíssimo. Vemos milhares de vidas indo embora por causa de infecção hospitalar. No caso privado, não pode ser uma comissão chapa-branca? Essa é a minha pergunta.

Eu, por exemplo, estou com meu filho já há trinta e poucos dias, e não vi nenhuma comissão ir lá perguntar ao médico, ao familiar ou a ninguém o que houve com meu filho. Quer dizer, me ficou uma dúvida muito grande de haver uma comissão chapa-branca.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Deputado Deley, até este momento, como gestor público, eu não sabia desse evento. Existem coisas que são das nossas obrigações, e outras são da minha informe... Como os senhores recebem informes e pedem esclarecimentos, vou me comprometer com o senhor, como gestor público, não na função pública... Sou gestor público, sou funcionário concursado do Ministério da Saúde desde 1976. Vou esclarecer isso no que diz respeito ao seu filho, porque recebi o relato. Recebo relatos todos os dias e faço o envio para a Secretaria Estadual ou para a Secretaria Municipal.

A comissão chapa-branca poderia existir? Poderia. Não deveria, porque a comissão de controle de infecção hospitalar é para evitar uma instituição ir para página de jornal porque contaminou alguém. Ninguém vai querer contaminar alguém propositadamente, mas isso acontece ou por um erro de linha de produção... E o procedimento de saúde muitas vezes respeita um procedimento operacional



padronizado. Os senhores vão escutar muito POP, procedimento operacional padronizado, que é como se fosse uma receita.

Então, tão logo termine o evento, que o senhor me dê o nome e onde é, e me comprometo a provocar isso. Eu gostaria que me desse qual é o relatório e a vigilância que estiver afeta. Pelo que o senhor disse, e o senhor foi extremamente cuidadoso, o senhor não disse a instituição mas, como temos poucas lógicas, é muito provável que eu já saiba até quem seja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Deley, não tenho nada a ver com isso mas, como leigo, acho que isso compete à Vigilância Sanitária do município onde ocorreu.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Do Estado, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Há mais alguma pergunta que foi feita?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Tenho várias aqui para responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Então, por favor.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - O Deputado Alexandre Santos e o Deputado Leandro Sampaio fizeram a comparação do Hospital São José do Avaí, que fica em Itaperuna. O Hospital São José do Avaí só realiza procedimento eletivo. Isso quer dizer que o paciente entra numa fila na Central de Regulação do Estado, que avisa o São José do Avaí que ele tem um paciente. A possibilidade são 3, 4, 5, 6 molas, e aí ele diz: "pode mandar". Ele não recebe paciente de urgência e emergência. Recebem urgência e emergência nossos pacientes que já chegam sangrando, e a intervenção tem que ser naquele momento.

Então, existem procedimentos que são eletivos e os de urgência e emergência. Nas nossas unidades, nas 6... No Salgado Filho, hoje também, mas no Adão Pereira Nunes, que é o hospital de Saracuruna, os procedimentos de neuro, Miguel Couto, Souza Aguiar, são procedimentos, na sua grande maioria, de urgência e emergência. Quando existe a possibilidade de ir para uma cirurgia eletiva, é um segundo momento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Permita-me, Dr. Oscar. Inclusive, existe uma fila de mais de 7 mil pacientes aguardando uma oportunidade. Acho que este momento é rico, inclusive, para discutirmos isso e vermos quais serão



as soluções. Tenho debatido com o Cortes e com o próprio Prefeito do Rio de Janeiro que temos que fazer com que essas pessoas que vivem à beira da morte, pessoas que já tiveram um trauma desses, ~~não podem ficar aguardando a nossa~~ ineficiência, a nossa falta de eficácia.

[P36] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:42 Taq.:Madalena Rev.:

Era necessário fazer os investimentos que estamos fazendo, mas temos de nos sentar à mesa da direção, cada unidade particularmente, para que ela seja de excelência e possamos tirar as pessoas dessa angústia em que vivem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Dr. Oscar, uma pequena intervenção. Na verdade, isso não aconteceu com um funcionário lá de baixo. Aconteceu com o chefe da neurocirurgia do Hospital Salgado Filho. O hospital Miguel Couto também é citado em todas as matérias e na página da polícia por ter feito essas cirurgia. E o mais grave é que são hospitais que atendem à área de urgência e emergência. Os pacientes lá chegam em situação dramática. Qual é o risco? A família imagina que tenham sido colocados esses espirais de platina...

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Micromolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - ... essas micromolas, mas na verdade isso não aconteceu.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Eu já vou responder à pergunta.

Primeiro, o nosso perfil e o do Hospital São José do Avaí são totalmente distintos. Segundo, essa possibilidade não existe na nossa rede, porque fizemos análise prontuário por prontuário.

Normalmente, quem faz procedimento para colocação de micromola não pode fazer ressonância magnética, por motivos óbvios: essa micromola vai migrar, pelo processo de ressonância, em cuja sala não se pode entrar com nada de metal. Uma saída é a tomografia, mas, dependendo de onde tenha sido colocada a micromola, ela não poderá ser vista. Mas o relatório é muito fácil: para a produção de cada conjunto de micromolas, são produzidas duas etiquetas. Uma vai para o relatório, a outra fica guardada. É lógico que podem falsificar as etiquetas, mas, sendo elas assinadas pelo responsável pelo centro cirúrgico, pela enfermagem e pelo profissional, essa possibilidade minimiza, Deputado.

Boa parte dos que estão aqui presentes vão para São Paulo e não para o Rio de Janeiro. Há um ano fazemos curso de gestão de clínicas. Na semana que vem, o



Rio de Janeiro será inovador: instituirá a notificação compulsória sobre o uso de próteses. Qualquer prótese terá de ser notificada, com a informação de quem recebeu, quando recebeu e qual era o motivo, para que possamos ter esse controle, no caso dos hospitais federais.

Infelizmente, duas pessoas nesse processo — no caso, esse senhor que V.Exa. nominou, o dono da empresa, e um profissional médico — produziram essa babel e essa dúvida no sistema inteiro. Mas estamos aqui para salvar vidas, não para criar dúvida. Esta é a resposta ao questionamento.

A Deputada Solange Almeida apontou uma situação de maneira extremamente didática. Se um paciente que entra nas nossas unidades e passa pelo processo de colocação de micromola, ao ser reavaliado, continua sangrando, temos que colocar mais molas; tantas quantas forem necessárias. Não podemos deixá-lo sangrando. Mas há casos — não são todos, só alguns — em que ele continua sangrando. Um de nossos cento e tantos pacientes evoluiu para óbito. Foram sendo colocadas molas, mas a cabeça desse indivíduo começou a sangrar, por algum evento que ele tivesse, alguma fragilidade, alguma deficiência. O procedimento regular é colocar um número baixo de molas, mas com um paciente ou outro isso pode acontecer.

Eu gostaria de dizer, em sinal de respeito aos diretores das minhas unidades, que a sociedade entende, de maneira equivocada, que todos os casos de câncer do Rio de Janeiro, ou a grande maioria, são tratados e atendidos no Instituto Nacional do Câncer — INCA. Não é verdade, nem poderia ser, porque o INCA é um centro formador. Quarenta por cento de toda a oncologia do Estado do Rio de Janeiro e até de outros Estados vêm para o Rio de Janeiro e para os 6 hospitais. Todos os 6 fazem oncologia. Digo isso como forma de reconhecimento a esses diretores e seus funcionários abnegados, embora ninguém tenha dito o contrário, só enaltecido. Isso é fato.

A mesma coisa no caso da ortopedia. Nossa rede responde por um número de procedimentos ortopédicos monstruoso! É lógico que os procedimentos de maior complexidade são feitos no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia e também no Instituto de Cardiologia. Somos uma rede integrada. Somos uma rede,

[P37] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:43 Taq.:Madalena Rev.:



sim, uma rede integrada, ligada à Secretaria de Assistência à Saúde, ao Secretário Beltrame.

O procedimento administrativo-operacional e as questões de agilidade são construídos pela Secretaria Executiva, em comum acordo, e é lógico que o Ministro, extremamente atuante e militante na área, no setor de saúde, e saúde pública, cobra. Ele pega o telefone e liga para cada um dos diretores, inclusive eu, nos horários mais inopinados. Eu escutei isto: o que é? Responda; não responda; faça isso. Ontem, ele me disse: "Você vai à audiência". Eu falei: "Lógico, Ministro, recebi uma convocação"; "Não, eu estava te ligando para confirmar que você vá". Eu falei: "Eu vou, com toda a certeza". Às vezes, escutamos cada barbaridade, como escutam os políticos e os técnicos, mas elas não são fato.

Eu só posso falar pela rede que dirijo, mas vocês podem ter certeza de que, hoje, vocês têm no Governo Federal, no Rio de Janeiro — acho que posso estender isso ao Grupo Conceição, que faz parte desse rol de unidades —, unidades que respeitam o poder público e respeitam o dinheiro. São servidores públicos. E mais do que isso: estamos aqui para salvar vidas. Nessa questão, muitas vezes, somos penalizados, somos acusados.

Quanto a essa denúncia do jornal, digo que — já apresentei aos senhores —, dos 50 milhões que o jornal mencionou, os primeiros 50 milhões, de 2005 e 2010, 84% estão nos hospitais militares, 0,2% no MEC, 2,3% nos institutos e 13% nos 6 hospitais, de vendas.

O Deputado Leandro Sampaio e o Deputado Alexandre Santos fizeram uma pergunta à Dra. Sandra e eu gostaria de fazer um adendo. Nós não podemos comprar o que não esteja no sistema. Por isso, faço este pleito aos senhores: vamos botar alíquota zero para que o próprio Governo possa comprar o que seja. Nós poderíamos fazer uma verdadeira revolução se isso fosse revisto no setor de saúde. Muito do que se tem de custo em saúde é em função dos valores. É lógico que os valores não são ligados a nós, mas que pudéssemos tratar disso.

Nossas aquisições dão-se por pregão eletrônico. Muitas vezes, um processo demora 6 meses, mas no dia da licitação não aparece ninguém. Uma vez que precisamos do insumo, temos de fazer adesão com alguém que tenha, e assim não



se consegue fiscalizar o processo, não se consegue participar do processo do início ao fim para que o preço seja o registrado.

Em 2007 e 2008, só essa empresa vendia alguns produtos. Então, de maneira direta ou indireta, ficaríamos ligados a ela. Hoje, a lógica impressa tanto pela Secretaria Executiva quanto pelo Secretário Beltrame é que consigamos chamar mais parceiros que vendam, para que, na disputa, o preço caia. Muitas vezes isso não acontece. Muitas vezes, o empresário entende que vender para o setor público é muito burocrático, e não interessa que isso aconteça.

O Deputado Leandro Sampaio falou no Hospital Alcides Carneiro. É muito complicado. A situação envolve a gestão municipal e as reuniões bipartites, das quais, muitas vezes, o município não participa. Não estou dizendo Petrópolis; o município não participa, e depois da decisão, não se pode discutir. Temos que trabalhar com um outro conceito, talvez qualificar os gestores municipais para seu verdadeiro papel, para que eles não percam tantas oportunidades. Isso é decisivo.

A pergunta da Deputada Solange Almeida. Quando fui Secretário de Saúde de Duque de Caxias, as compras eram centralizadas numa gestão de compras que não era ligada à Secretaria de Saúde. Não temos nada a justificar. Não fazíamos média e alta; a gestão de Duque de Caxias era de baixa e média.

Quando construímos o Hospital Dr. Moacyr do Carmo até hoje, nos últimos 2, 3 anos, no hospital mais qualificado e melhor preparado, os procedimentos para esse tipo de necessidade não eram feitos. Na verdade, eram feitos no Saracuruna, que hoje é o que é porque fizemos investimentos pesados em qualificar o hospital, com treinamento e modernização de equipamentos.

Por último, foi dito aqui inúmeras vezes que o profissional da rede... Hoje, mais de 50% de toda a residência médica do País, e não estou falando do Rio de Janeiro... Cinquenta por cento da residência médica quer dizer o seguinte: eu tenho no Hospital dos Servidores do Estado, num exemplo dado pelo Deputado Alexandre Santos, mais de 100 residentes que moram e vivem lá no seu processo de residência.

Nós somos, a rede hospitalar federal, os maiores recebedores de demanda, e, tirando hemoterapia, hematologia e saúde da família — por questões óbvias, não são nosso papel —, os 4 maiores pedidos estão na nossa rede. As 4 maiores de

[p38] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:44 Taq.:Antonio Morgado Rev.:



cirurgia plástica estão na nossa rede; as 4 maiores de cirurgia vascular estão na nossa rede, nos hospitais. Isto é uma demonstração, independente de tudo que se diz, e se diz muita coisa, que, de verdade, não é fato: a rede hospitalar federal é motivo de orgulho do povo brasileiro e, com toda certeza, não se dá esse tipo de procedimento na rede hospitalar federal.

Em função das falas dos Deputados Bornier, Alexandre e Leandro, quero dizer que é nossa obrigação informar. Precisamos, sim, ser cobrados — “preciso do documento tal e tal.” Vamos fazer, e, com toda certeza, neste Governo, nesta gestão, não vamos ter problemas. Talvez não tenhamos tido oportunidade de criar mais interlocução para resolver dúvidas e construir pontes. Esta é a nossa função. Para isto eu estou lá.

Entrei no dia 6 de janeiro de 2009, há um ano e 3, 4 meses, e posso lhes dizer, eu que já ocupei outras funções públicas, que esse trabalho tem me trazido muito desgaste. São 6 unidades e eu tenho de visitá-las mais o nível central. De outro lado, tenho também muito orgulho, pois posso dizer, eu sendo funcionário federal, que desconhecia algumas coisas que nós fazíamos. Mas eu duvido... Porque tem coisas que nós fazemos que a iniciativa privada, em qualquer lugar do País, não faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Deputado Alexandre, apenas para pedir... (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Obrigado, Presidente.

Eu ia deixar essa explicação para o momento final. Eu estive no Ministério e posso dizer que, na sua estrutura, os hospitais do Rio de Janeiro estavam com o Dr. Beltrame. E, por um acordo, assim me foi dito, ele não estaria nessa gestão. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Esse fato não acontece. O Dr. Beltrame, e eu me dirijo — dirijo diretamente é uma redundância. A minha relação é direta com o Dr. Beltrame e com a estrutura das SAEs. Nas questões relacionadas à logística, à administração operacional, não da gestão, dá-se na Secretaria Executiva, mas protocolo operacional, validação de procedimento, lógica, reestruturação...

Como podem verificar V.Exas., a fala da Dra. Márcia e a minha apresentação, nas 3 primeiras páginas — e foram econômicos aqui, parabenizo V.Exas., porque



copiaram frente e verso, para economizar — na segunda, terceira, quarta e quinta, as 3 primeiras páginas são projetos de reestruturação. Ele é construído, desculpe-me, a 4 mãos: o Ministro, a Dra. Márcia Bassit, o Dr. Beltrame e eu, nos hospitais, para fazer com que aconteça. Depois, e é uma Comissão que faz isso, nós discutimos, e discutimos muito com todos os outros 6 diretores e com o corpo funcional, o diretor administrativo, diretor médico e diretor-geral.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dr. Oscar, o que eu estou perguntando é o seguinte: eu estive no Ministério...

Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Deputado Alexandre, se me permite, não sei se V.Exa. teria mais perguntas a fazer ao Dr. Oscar, porque, inclusive, a Dra. Márcia manifestou-se aqui dizendo que gostaria de responder suas perguntas.

Então, devido ao avançado da hora e, obviamente, todos nós estamos muito ansiosos em ouvir a Dra. Márcia, peço a todos companheiros aqui a compreensão para que eu possa passar a palavra a S.Sa. São 13h30min e daqui a pouco acontecerá a abertura do painel para a sessão da tarde no plenário. Se fosse possível...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu retorno a minha pergunta ao Dr. Oscar Berro posteriormente, quando V.Exa. voltar a me conceder a palavra.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Presidente, ainda em relação ao tema, estamos aqui para ouvir explicações sobre a neurocirurgia, da Extencion, da relação que essa empresa mantém com os hospitais públicos no Rio de Janeiro. Acho que devíamos focar mais essa questão.

[p39] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:45 Taq.:Antonio Morgado Rev.:

Preocupa-me, por exemplo, o que disse o Dr. Oscar Berro, como lembrou o Deputado Alexandre Santos, que o órgão regulador, a ANVISA, não tem que se preocupar em notificar, em orientar todas as unidades federais e o Ministérios. Acho que a ANVISA tem a obrigação de suspender esse atestado de boas práticas a uma empresa que comercializa com hospitais públicos e não entrega o material. Pior, ainda faz um acerto com o chefe da Neurocirurgia. Por isso que a ANVISA tem que



estar muito ligada a essa questão, sim, além de tirar essa página do ar, bem como o Ministério.

O Dr. Oscar conhece profundamente a situação dos hospitais no nosso Estado.

Por fim, só para fazer um comentário sobre o Hospital Alcides Carneiro. É o único hospital, Dr. Oscar Berro, municipalizado, e não era um hospital geral; era, voltado especificamente para doenças respiratórias. Transformou-se num hospital geral depois de municipalizado. É o único que não recebe recursos diretos do Ministério da Saúde. O esforço da Prefeitura de Petrópolis nesses últimos anos foi absurdo.

Quando me refiro ao Hospital Alcides Carneiro é apenas para levantar a sua bola. Sei o trabalho que o Dr. Oscar Berro teve com o Prefeito Washington Reis, meu amigo, para criar um hospital vizinho, o hospital de Duque de Caxias. Por isso estou levantando a bola aqui do Alcides Carneiro.

Agora, em relação às etiquetas, Dr. Oscar Berro, é fácil. Não tem maior problema para a empresa em relação a essas etiquetas para fazer aquela fraude. A Sra. Fernanda, filha do dono da Extencion, disse o seguinte: "Eu tenho aqui um saco cheio ainda de etiquetas." Ela diz isso tanto n'O *Globo*, n'O *Dia* e na página da polícia aqui que tem etiquetas para 2009, para 2010, porque ela pega nos outros hospitais. Que hospitais são esses? Ela diz aqui: "Tenho algumas aqui de outros hospitais. Se precisar montar mais alguma coisa aí, ainda tenho de 2009." Aí, o Bria, o chefe da comercialização, o cara que vende para esses hospitais, que se infiltrou nesses hospitais públicos, diz o seguinte: "Vai armazenando que a gente vai usar muito. Vai armazenando que a gente vai usar muito." Então, Dr. Oscar Berro, etiqueta, parece-me que não é dificuldade para essa empresa fraudar.

Mais uma vez, lembro minha preocupação: todos os pacientes que sofreram esse tipo de intervenção em hospitais públicos já foram comunicados, já receberam uma cartinha, como fazia no passado o Ministério da Saúde. Era comum enviar uma carta perguntando como foi feita a cirurgia. E se a ressonância não consegue captar as 12 molas espirais, que se faça tomografia nesses pacientes. Não pode é o paciente ficar por aí, em casos emergenciais, achando que está com 12 espirais na cabeça e não ter nenhum.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Vou passar a palavra à Sra. Márcia Bassit, mas, antes, recupero um desejo do Deputado Alexandre; que V.Sa., Dr. Oscar Berro, termine de responder a pergunta. Peço apenas que seja bem objetivo, para passar, em seguida, a palavra à Dra. Márcia.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Bem objetivo, Sr. Presidente.

É que esta sessão faz parte do inquérito que estou levantando. Isto se chama responsabilidade em conjunto. Eu estive no Ministério, em visita até mesmo de preparação a esta Comissão, e me foi dito que a gestão nos hospitais, mesmo estando na estrutura o Dr. Beltrame, não estaria sob a gestão própria dele.

V.Sa. tem ciência disso? Sim ou não. O resto deixa...

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Eu me reporto ao Secretário Beltrame nas questões médicoassistenciais e de lógica, inclusive de interrelação com Estado e município, porque isso faz parte da área dele. Quando ele vem ao Rio de Janeiro, ele despacha no gabinete, que é ao lado da minha sala.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor está afirmado que é ele que faz a gestão junto com o senhor?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Ele é o gestor da área de assistência do Ministério da Saúde, ao qual os meus 6 hospitais se reportam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Com a palavra a Deputada Solange.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Para não alongarmos, quero falar alguma coisa em relação ao Dr. Carlos Henrique. Não o conheço pessoalmente, mas conheço a sua capacidade técnica e muito me surpreendeu tudo isso que aconteceu. Agora, não podemos generalizar e nem achar que todo médico que está usando esse material vai ter a mesma atitude. Temos de tomar cuidado.

Esta audiência é muito importante porque foi muito esclarecedora — quero parabenizar o Alexandre e o Leandro — e deve haver de outras áreas que se façam necessárias. As audiências públicas têm sido esclarecedoras.

Temos de tomar muito cuidado, e eu sei que o Ministério tem esse cuidado, em relação ao PAC da saúde, ao fomento da área tecnológica do nosso País, para os equipamentos da saúde, equipamentos, próteses, órteses, todo o PIB nacional da saúde porque não podemos achar que, reduzindo imposto, vamos ter maior qualidade. Se não tivermos um parque tecnológico, que possamos ter a saúde na

[P40] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:46 Taq.:Odilon Rev.:



mão como um todo, a tecnologia, a ciência, vamos ficar sempre reféns de outros países.

Isso me preocupa muito, e estamos vendo, inclusive na indústria farmacêutica, a compra de insumo pelo menor preço. Às vezes o menor preço não é o melhor, e produzimos um remédio até mais caro, principalmente nos laboratórios oficiais, em decorrência da obrigação da Lei 8.666.

O que eu quero é que desenvolvamos a nossa tecnologia, que é a nossa prótese, como disse o Dr. Geraldo, de tanta qualidade quanto a prótese do exterior. Pode não ter um nome que não entendemos, pode não ser uma prótese importada porque parece que isso é melhor — dá a conotação para o paciente que é uma prótese melhor, mas temos condições de produzir todo tipo de próteses. Há vários tipos de próteses, tanto importadas como nacionais, mas podemos produzir uma prótese de qualidade.

Hoje de manhã eu conheci o trabalho do Hospital Erasto Gaertner, do Paraná, o Instituto de Câncer, a Liga Nacional de Combate ao Câncer, e eles produzem um cateter que não conseguem vender porque o preço é maior do que o do produto multinacional fabricado no exterior em razão da alíquota de importação, que é zero. Então, é mais barato produzir no exterior do que aqui. Isso é algo que temos de rever, e o Ministério deve valorizar a indústria nacional, principalmente de um instituto que é filantrópico, como o Erasto Gaertner.

Quero agradecer a todos pela participação e dizer que é importante estarmos sempre em contato com as pessoas que estão fazendo saúde no nosso País, com o Ministério da Saúde. É importante esse tipo de debate, que foi muito esclarecedor. Parabéns a cada um de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Dr. Oscar, um minuto, cronometrado, para responder ao Deputado Leandro.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Deputado Leandro, voltando à nossa rede, primeiro, não temos como chamar os pacientes quando não vemos necessidade. Os prontuários foram vistos um a um por um conjunto de neurovasculares. O Ministro nos pediu que, num segundo momento, possamos chamar 2 entes independentes se tivéssemos dúvida em nenhum deles.



O que foi pedido via ressonância não é ressonância; vou repetir, é tomografia, porque, pela ressonância, essa mola ia se deslocar e produzir um risco muito maior. Ninguém pode entrar com nada de metal dentro de uma ressonância. Então, o que acontece? Essa mola, quando é aplicada, ela se mistura e vai misturando uma na outra. Então, uma mola, ao ser vista, ela pode ser 6, 7, 8 porque elas são um embrulho de molas. É como se eu pegasse um elástico, misturasse com outro, acaba sendo uma molinha disso.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Dr. Berro, eu quero dizer o seguinte: aqui tem uma foto do jornal, está escrito ressonância. Eu sei que não é o caso da ressonância...

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Deve estar errado.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - ... mas isso aqui é uma tomografia.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Sim, isso.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Por isso que... A assessoria aqui, como médico...

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Não tem problema nenhum. Logo quem, nós que nos conhecemos há algumas décadas. Com toda certeza não é isso. É só lhe dizer: esse procedimento seria desnecessário e inócuo porque não conseguiria contar as molas — contar não, definir. Houve um procedimento porque eu tenho lá um pontinho e, num determinado momento, ele está todo coberto.

Volto a dizer aos senhores: eu tenho pouco tempo nisso, só 35 anos de serviço público. Na nossa rede isso não acontece, é impossível acontecer; nas outras eu gostaria que não acontecesse, mas nós compramos por pregão eletrônico, então não existe a possibilidade de alguém ter colocado alguma coisa para eu pagar depois, isso não existe. E nossos procedimentos são feitos com um controle, porque não é um profissional só que determina, existe o consenso e, depois, nós avaliamos.

A partir da semana que vem a colocação de qualquer prótese vai ter de ter a notificação. Aí, o que o senhor disse que é feito na bandidagem em função da compra ou de ser pego na iniciativa privada, no nosso caso não tem porque, quando eu compro, na nota fiscal tem o número do que eu comprei, o número e o nome,

[P41] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:47 Taq.:Odilon Rev.:



como passou a ser com medicamento depois da falsificação de medicamento. Igualzinho nós vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Obrigado Dr. Oscar.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Deputado Deley, só um segundo.

Então, o que se diz disso tudo? Falha da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, da Capital, enfim, da Prefeitura do Rio de Janeiro? Por que essa falha ocorreu, então, no Hospital Salgado Filho? Incompetência?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Deputado, eu não saberia lhe dizer mesmo.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - O que está acontecendo lá pode acontecer em qualquer lugar.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Eu acho que aconteceu, com certeza aconteceu. O que eu posso lhe dizer com toda certeza, com toda tranquilidade, com tranquilidade, mas ao mesmo tempo com apreensão...

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Então, não há controle. A Secretaria não tem controle.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Não saberia lhe responder essa pergunta e me sentiria desconfortável...

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Não tem controle, para deixar por conta da polícia de investigações para poder detectar isso?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - ... para responder essa pergunta, mas, com certeza, precisa de mais controle, não tenho a menor dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Passamos a palavra à Dra. Márcia.

A SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA - Eu tenho a mania de registrar tudo que é falado e, na minha interpretação, com as respostas do Dr. Berro, foram atendidos vários dos questionamentos que foram feitos, não só pelo Deputado Leandro Sampaio e o Deputado Alexandre Santos, mas também pelos demais Deputados que se manifestaram aqui, Fernando Gonçalves, Deputada Solange Almeida, Deputado, Deley, Bernardo Ariston, Carlos William.

Eu vou só, dado o adiantado da hora, fazer uma complementação que acho importante e que não foge do foco desta audiência, que é exatamente a verificação do que aconteceu com essa empresa Extencion em relação ao desvio de recursos públicos.



Eu acho que já ficou bastante evidenciado aqui, do ponto de vista dos hospitais federais, que a nossa aquisição é mínima; que o caso, na verdade, ocorreu no âmbito municipal, no Salgado Filho, e, por essa razão, eu acho que vale a pena reforçar o que é o Sistema Único de Saúde hoje.

Lógico que o Ministério da Saúde tem de ter a preocupação da saúde de forma global em todos os seus aspectos porque é quem dita a política de saúde no País. Agora, dentro do que foi estabelecido na Constituição na criação do Sistema Único de Saúde, essa gestão do sistema é compartilhada, é descentralizada, e os gestores em cada nível federativo têm a responsabilidade sobre a sua rede.

No caso específico, a responsabilidade é do gestor municipal, assim como, se fosse numa rede estadual, seria do gestor estadual, e cabe ao Ministério da Saúde fazer o monitoramento de tudo isso, sim, através dos seus órgãos, DENASUS, enfim, e ter os resultados do recurso que é distribuído, vamos dizer assim, dentro das regras do fundo a fundo para atenção à saúde, vigilância, e outras ações, e isso é recebido através de relatórios de gestão. É só para deixar claro até onde podemos ir num caso como esse.

O Deputado Bornier perguntou: então é um caso de polícia? Não, é um caso de gestão, sim. Também temos nossos problemas na gestão federal, assim como problemas na gestão estadual, assim como há problemas de gestão municipal, não só no Rio de Janeiro, mas no Brasil inteiro, e é isso que temos de enfrentar de forma conjunta, com todas as questões de subfinanciamento que nós temos, de capacitação e outras que fazem parte do nosso País.

Também deixo claro o que é esse projeto, até porque surgiram perguntas, como a do Deputado Alexandre Santos, sobre a Secretaria de Atenção à Saúde, se ela é a responsável no Ministério da Saúde, como é a relação com a DGH e a Secretaria-Executiva. Quando nós entramos no Ministério da Saúde, existia grande debate na sociedade sobre se a saúde, de fato, precisava de mais gestão ou de mais recursos. Houve essa discussão durante muito tempo, até se chegar à conclusão de que hoje não só temos um crônico subfinanciamento, mas também precisamos de gestão. No caso específico dos hospitais federais do Rio de Janeiro, elaborou-se o projeto de reestruturação destes hospitais, cujo componente maior é a gestão.



Em sendo assim, a Secretaria-Executiva é a coordenadora desse projeto de reestruturação, e ele foi estruturado. É evidente que existem níveis de organização para fazermos esse trabalho conjunto; óbvio que não poderia ser de uma área do Ministério.

Nós temos parceria no Ministério com a Secretaria de Atenção à Saúde, o Dr. Beltrame e eu fazemos parte do Comitê Executivo, digamos, o comitê deliberativo junto com os hospitais de excelência. Os aspectos referentes mais especificamente às questões de atenção à saúde, de protocolos, etc., ficam a cargo da Secretaria, do Dr. Beltrame, e tudo o que se refere à gestão está vinculado à Secretaria-Executiva. Temos entendimento suficiente na equipe para fazer o trabalho em conjunto.

Existe outra instância, a Comissão de Coordenação, da qual fazem parte todos os diretores de hospitais federais do Rio de Janeiro, sob o comando do Dr. Oscar Berro, que fazem a coisa acontecer, como ele disse, sendo que nós temos também, evidentemente, pelos hospitais de excelência de São Paulo e do Rio Grande do Sul, um gerente responsável pela coordenação como um todo de todas as ações.

Lembro-me de que a Deputada Solange fez uma pergunta. Nós desenvolvemos uma série de ações. Esses 105 especialistas foram colocados para fortalecer o corpo técnico dos hospitais, no sentido da implementação desse projeto.

E nós temos várias áreas, respondendo à pergunta do Deputado Leandro Sampaio, que gostaria de ter visão maior sobre o que é exatamente esse projeto. É evidente que a esta altura, 13h44min, não vou discorrer sobre o projeto como um todo. Mas, para os senhores terem ideia, só na área de força de trabalho em saúde, já contratamos 4.100 concursados para todos os hospitais, realizamos novo concurso público recentemente, estabelecemos gratificação por plantão médico-hospitalar, que às vezes triplica o salário inicial de um profissional médico, que é de 2 mil reais, e estamos trabalhando com o Ministério do Planejamento para ter um bônus para esses profissionais de saúde e a estruturação de carreira para profissionais de saúde, médicos e outros, que também já está em fase de finalização no Ministério do Planejamento.

E aí há ações de banco de preços, estamos fazendo toda a padronização de materiais médico-hospitalares, para saber exatamente de diversos mil itens quais os



necessários para a nossa rede; estamos fazendo toda a implementação de gestão de custos, toda a parte de obras, de prontuário eletrônico e outros, e criando, junto com a Controladoria-Geral da União, o portal da transparência dos hospitais federais do Rio de Janeiro. Esse portal tem por objetivo proporcionar a todo cidadão acesso de forma transparente a tudo o que é feito nos hospitais e quais seus gastos.

Há outras ações, mas não vou me alongar, tendo em vista o adiantado da hora. Coloco-me à disposição de todos. Para quem quiser conhecer o projeto, toda a equipe que trabalha nele estará aqui presente para deixar de forma clara para os senhores o que já fizemos, o que se pretende e o que já foi efetivamente realizado, com problemas, óbvio, mas com soluções também.

[p42] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:49 Taq.:Carla Rev.:

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu me referi à Prefeitura do Rio porque, sem sombra de dúvida, o que aconteceu lá pode acontecer em qualquer outro órgão, quer no Estado, quer nas Forças Armadas, quer até mesmo no Ministério da Saúde, porque foge ao controle.

Eu acho que a pergunta do Deputado Alexandre Santos foi sobre o organograma do Ministério, se efetivamente os hospitais estão sob a direção da Secretaria-Executiva ou da Secretaria de Atenção à Saúde. Se o organograma dos Ministérios e dos hospitais está subordinado à Secretaria-Executiva ou à Secretaria de Atenção à Saúde.

A SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA - No organograma, eles estão vinculados à Secretaria de Atenção à Saúde.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Permita-me, Deputado Nelson Bornier. Volto a dizer, já estou num processo de dar nomes a quem tem os nomes. Eu me lembro do Noronha, que tomava conta dos hospitais do Rio de Janeiro. Hoje não é mais quem substituiu o Noronha, e eu estive lá no Ministério para perguntar isso. Quando eu faço uma pergunta... A reunião está sendo gravada, todos os senhores aqui estão fazendo afirmativa ou negativa porque isso vai fazer parte de um procedimento que estamos fazendo.

Eu fui lá para obter os dados e me anteceder aos procedimentos aqui, até mesmo para que os senhores não tenham vindo aqui só para um momento, e a posição foi a seguinte: sobre isso há um acordo que não está sob minha gestão. Ponto. Eu perguntei porque quero entender a razão.



A SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA - Deputado, permita-me interrompê-lo. A quem o senhor fez essa pergunta?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu estive com o Dr. Beltrame, como disse anteriormente. Eu fui lá, o Dr. Beltrame sempre nos recebe muito bem, como as outras pessoas, e me preocupou. Se na ponta está acontecendo isso, e no meio está havendo essa desarticulação de comando... E nós notamos, quem convivia com o Noronha, como nós convivíamos, e quem convive hoje com o Dr. Beltrame, sabe que as ações dos hospitais não são tão ligadas como eram antigamente.

E eu perguntei a ele: *“Você sabe desse procedimento, ou tem que pegar cada hospital, tem que fazer o levantamento?”* Ele respondeu: *“Alexandre, isso aí eu tenho um trato de que não ficou sob minha gestão.”*

Se o Sr. Oscar Berro afirma que sim e a senhora também, certamente nós vamos ter outras oportunidades para entender quem está no procedimento de gestão no Rio de Janeiro, do Ministério, fazendo a gestão com os senhores. Era só isso.

Para nós isso é importante.

A SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA - Mas ficou claro para o senhor que nós temos projeto específico de reformulação da gestão dos hospitais federais no Rio de Janeiro? Evidentemente que a Secretaria-Executiva, também em relação aos hospitais federais do Rio de Janeiro, tem uma responsabilidade maior no que se refere à coordenação desse projeto.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sim, a gestão do crescimento, do desenvolvimento das ações, ótimo. Esse projeto é maravilhoso, e nós queremos. Nós queremos saber quem manda, quem terá que ser responsabilizado se for depurado o que está sendo depurado.

Era só essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Eu peço à Dra. Márcia que continue. Se necessário, depois volto a palavra ao Dr. Oscar.

A SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA - Eu não tenho muito mais a acrescentar. Estou aqui fazendo uma revisão. Eu só quero reforçar o papel do Sistema Único de Saúde e o importante papel desse projeto, que não é de curto



prazo, com os hospitais de excelência, que já está trazendo resultados, sendo que já faz parte desse projeto a articulação entre as instâncias municipais, estaduais, e o gestor federal, o que não tira o papel do DGH, nem dos diretores, que são responsáveis diretos pela ação desenvolvida em cada um desses hospitais.

O que se quer é ter uma coordenação para que de fato tenhamos um conjunto otimizado do ponto de vista de impacto para o cidadão. Nós somos os menos importantes. Nós temos de fazer acontecerem as coisas para quem precisa.

Com isso eu encerro a minha exposição. Não sei se existe alguma pergunta a que eu tenha deixado de responder. Agradeço a todos a atenção, agradeço o convite e me coloco totalmente à disposição de todos os senhores para qualquer outra audiência ou encontro que queiram realizar.

[p43] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:50 Taq.:Maria Teresa Rev.:

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deley) - Parece que o Dr. Oscar Berro quer responder a uma pergunta do Deputado Alexandre Santos.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - O questionamento do Deputado Alexandre Santos está focado em personalidade, na personalidade do Dr. Noronha, que é de minha relação pessoal, meu professor. Trabalhamos juntos quando ele foi Secretário Estadual de Saúde; depois, quando foi Secretário no Ministério da Saúde.

A questão política de administração das interlocuções da saúde é dada pelo Sr. Ministro, pelo Sr. Beltrame e pela Secretária Márcia Bassit na lógica da política. Na execução, eu lhe digo o seguinte: por estar na rede há 15 meses, eu entro na rede a qualquer horário, qualquer dia, qualquer hora, às vezes, no centro cirúrgico, eu boto o capote. Com certeza, o Dr. Noronha nunca fez isso, porque não é o estilo dele. Até pelo vício salutar de ter sido Secretário de Saúde do Estado, ele vê mais o desenho dessa macropolítica. Hoje o meu papel é fazer com que os hospitais funcionem, construir a interlocução com o Estado e o Município na questão técnica, junto com os Secretários, e disponibilizar os nossos leitos, os 2.200 leitos aproximadamente, para esse processo de gestão estadual e municipal.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dr. Berro, o senhor me permite?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Por favor.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu estou fazendo um levantamento. Existem coisas inaceitáveis entre as entidades federais do Rio de



Janeiro. Eu estou fazendo um levantamento com os técnicos e pessoas que estão detectando os procedimentos, e eu queria saber de onde vêm os procedimentos. O Sr. Noronha, lógico e evidente, era um Secretário-Executivo aqui em Brasília. O senhor hoje coordena no Rio de Janeiro, ou não sei. Pelo que me disseram no Ministério, eu já comecei a... Se aqui começou a mudar o comando institucionalmente, sem ser dentro da legalidade... E como eu terei que fazer vários outros procedimentos, estou querendo saber por que não está sendo seguida uma conduta e uma norma anterior. Ou a anterior era errada, e o Noronha não era para fazer a gestão dos hospitais?

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Não. Eu vou responder à sua pergunta da forma mais simples que eu entendo que alguém poderia responder.

Eu tenho um chefe. Meu chefe hierárquico administrativamente falando é o Dr. Alberto Beltrame. As interlocuções nas etapas que eu tenho de projetos claros do Ministério é com a Secretária Márcia Bassit, e sempre, em qualquer condição, com o Ministro Temporão. Quando eu tenho questões ligadas à ciência e tecnologia, é o Dr. Reinaldo Guimarães; quando eu tenho questões ligadas a outras áreas, é com seus respectivos secretários nacionais — o Secretário Gerson Penna, quando é ligado à questão de vigilância em saúde.

Isso eu quero deixar muito claro, porque muito se diz, e depois gastamos uma energia muito grande para provar que o que tinha sido dito não era fato. Mas eu estou à sua disposição para o que o senhor precisar. E, com toda a certeza, em 35 anos, eu não menti. Não vou precisar mentir, nem criar outro caminho.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Não foi o quis dizer, pelo contrário.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Eu tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Só tenho palavras elogiosas a todos os senhores que nos brindaram com a presença.

O SR. OSCAR JORGE BERRO - Com toda a certeza.

E quero agradecer, em nome da rede hospitalar federal — e também o faço aos institutos —, esse investimento que cada um de nós profissionalmente está fazendo, porque para nós é uma honra ser e estar diretores das redes e dos hospitais e entender que os senhores são os fiscais do processo — fiscais e



propositores também das mudanças que tenham de ser feitas. Eu e todos os 6 diretores estamos à disposição dos senhores para todos os encaminhamentos e esclarecimentos que forem necessários.

Agradeço a possibilidade de estarmos juntos. Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Pois não, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, quero agradecer muito a cada um que se dispôs a vir aqui nos ajudar a fazer com que sejam a cada instante mais esclarecidos os fatos do Rio de Janeiro e do sistema de saúde, que muito preocupa a todos nós que temos essa participação efetiva no Rio de Janeiro, principalmente na política, como representantes do Estado do Rio de Janeiro.

Agradeço muito a cada diretor que aqui veio e também os trabalhos que fazem e ao Sr. Presidente a condução da presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Eu não sou professor, nem o senhor é aluno. Deputado Alexandre Santos, eu sei que o senhor estava aguardando. Se não houvesse esse requerimento do Deputado Leandro Sampaio, o senhor iria fazer uma reunião em função das PFCs. Eu pediria tão-somente, e não é uma cobrança, que nós acelerássemos esse processo, para que possamos realmente, já que estamos votando as PFCs pendentes em todas as reuniões, terminar esse trabalho.

[p44] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:51 Taq.:Anna Augusta Rev.:

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, nós hoje já aprovamos, na sessão anterior a esta, a solicitação dos documentos oficiais pelo Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Se o senhor me permite, Deputado, vou falar mais como contador e auditor que sou, conhecedor do que é realmente empresa. Eu olho o hospital como se ele fosse uma empresa. Toda essa documentação solicitada pelo Deputado Leandro Sampaio no requerimento de informação poderia ser remetida para nós por amostragem, talvez via coordenadoria. Os hospitais poderiam remetê-la para lá. Porque a remessa é muito grande, pelo que eu vi no requerimento do Deputado Leandro Sampaio. É lógico que o senhor fica à vontade, é atribuição sua. Mas, se fosse por amostragem, se isso



pudesse ser descentralizado do escritório central, o senhor poderia, nas horas vagas fora de Brasília, ir lá verificar com os técnicos da Comissão. Estou dando a minha sugestão.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu acho que a sugestão é válida, Sr. Presidente, mas o Tribunal de Contas da União está me acompanhando, assim como o Ministério Público, portanto nós vamos ter de estar com eles em conjunto para fazer rapidamente esse trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Deputado Leandro Sampaio.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Eu imagino que o Presidente esteja encerrando a nossa audiência pública. Eu realmente não entrei em outras áreas porque não sou especialista nem tenho experiência na área de saúde pública, a não ser a do período em que fui Prefeito da minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Prefeito que foi, bom administrador que foi.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Mas não posso deixar de fazer um agradecimento. Nós realmente conseguimos reunir hoje aqui pessoas que prestam os mais relevantes serviços à saúde do Estado. Como eu disse anteriormente, um grande legado que nós fluminenses — e vascaínos também — recebemos foram esses hospitais públicos na antiga capital. Acho que o Estado do Rio, antiga província, perdeu muito quando da fusão, mas nós ainda continuamos nos utilizando desses hospitais, a exemplo do Instituto Nacional de Cardiologia, do Hospital Geral de Bonsucesso, onde eu tenho vários amigos, do Instituto Nacional de Traumato Ortopedia, do INCA, que é referência internacional.

Estão aqui presentes alguns dirigentes de hospital, como o Dr. Di Biase, que me fez lembrar muito o meu pai, colega de seu pai na Assembleia Legislativa do Estado, médico de muito prestígio no interior do Estado, o antigo Deputado Di Biase. Coloco-me à disposição de todos os dirigentes e agradeço especialmente à Dra. Márcia Bassit. Não sou especialista na área de saúde, mas sei que esse é na verdade nosso grande desafio para o reencontro com o desenvolvimento,



especialmente com a qualidade de vida que nós esperamos para todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Com a palavra o Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, só quero agradecer a todos. Nós sabemos o sacrifício que é fazer esse deslocamento. Enfim, foi muito esclarecedora esta nossa conversa, Dra. Márcia, Dr. Oscar, demais diretores. Obrigado pela atenção. E, como disse o Deputado Leandro Sampaio, vamos estar aqui sempre dispostos a colaborar para que possamos enfim vencer esse desafio, que não é só dos senhores, é de todos nós. Precisamos garantir a cada dia uma saúde de melhor qualidade, principalmente àqueles que mais necessitam.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO - Sr. Presidente, eu falei dos dirigentes de hospitais e da Dra. Márcia, mas tenho de fazer uma menção especial ao meu amigo de muito anos, o Dr. Oscar Berro, a quem agradeço a presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) - Bem, vou fazer um agradecimento em nome da Comissão aos nossos convidados, o Sr. Geraldo di Biase Filho, o Sr. João Marcelo Ramalho Alves, o Sr. Rogério Tibúrcio de Castro, o Sr. Paulo Roberto Fernandes, a Sra. Sandra da Silva Azevedo, o Sr. Geraldo Rocha Motta Filho, o Sr. Marco Antonio de Mattos, o Sr. André Tadeu, o Coordenador de Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, Sr. Oscar Berro, a Sra. Márcia Bassit, Secretária Executiva do Ministério. Agradeço também às assessorias presentes e aos Srs. Deputados, lembrando desde já que a partir de março nós teremos um trabalho árduo, em função das convenções, então solicito encarecidamente que nós aceleremos esse processo.

Eu pediria não só a V.Exa., Deputado Alexandre, mas a todos os Deputados que detêm PFCs de outros setores — hoje votamos da SPU, e há tantos outros de que ainda temos de ser informados — que nós votemos essas matérias já nas próximas reuniões. Isso seria muito importante.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes, porém, convocando reunião de audiência pública para amanhã, quinta-feira, 6 de maio, às 9 horas, para discussão acerca dos atrasos nas obras da Copa do Mundo de 2014.

[p45] Comentário: Sessão:0498/10
Quarto:52 Taq.:Anna Augusta Rev.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Nome: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Número: 0498/10

COM REDAÇÃO FINAL
Data: 05/05/2010

Muito obrigado a todos e uma boa tarde.